



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
NÍVEL MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

GEÓRGIA STÉPHANIE KIELTIKA CARNAVAL

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: TRABALHO DE ARTICULAÇÃO E
ENCAMINHAMENTOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM ESCOLAS
MUNICIPAIS DE CASCAVEL/PR**

CASCAVEL/PR

2020

GEÓRGIA STÉPHANIE KIELTIKA CARNAVAL

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: TRABALHO DE ARTICULAÇÃO E
ENCAMINHAMENTOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM ESCOLAS
MUNICIPAIS DE CASCAVEL/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação Nível Mestrado/ PPGE, área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Formação de Professores e Processos de Ensino e Aprendizagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmen Célia Barradas Correia Bastos

CASCAVEL, PR

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Kieltika Carnaval, Geórgia Stéphanie
Coordenação pedagógica : trabalho de articulação e encaminhamentos pedagógicos desenvolvidos em escolas municipais de Cascavel/PR / Geórgia Stéphanie Kieltika Carnaval; orientador(a), Prof.^a Dr.^a Carmen Célia Barradas Correia Bastos, 2020.
84 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Coordenação Pedagógica. 2. Formação continuada. 3. Conselho de Classe. I. Barradas Correia Bastos, Prof.^a Dr.^a Carmen Célia . II. Título.

GEÓRGIA STÉPHANIE KIELTIKA CARNAVAL

Coordenação pedagógica: trabalho de articulação e encaminhamentos pedagógicos desenvolvidos em escolas municipais de Cascavel/PR.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Formação de Professores e Processos de Ensino e de Aprendizagem, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



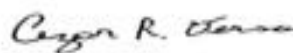
Orientador(a) - Carmen Celia Barradas Correia Bastos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Ireni Marilene Zago Figueiredo

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Cezar Roberto Versa

União Educacional De Cascavel - UNIVEL (UNIVEL)

Cascavel, 2 de setembro de 2020

Com muito amor, gratidão e carinho, dedico à minha família que sempre me incentiva, apoia e impulsiona a estar na constante caminhada do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelo dom da vida, pela saúde, pelas alegrias e conquistas, por conduzir-me com seu amor e sua proteção em todos os momentos da minha vida e nesta abençoada e iluminada caminhada do mestrado. Em minhas orações, o Senhor ouviu meu coração e Nossa Senhora guiou-me com sua luz.

À minha família que é meu alicerce, minha força e minha essência! Sempre me acompanhando e auxiliando em toda minha vida com amor e com paciência, em especial, nesta linda caminhada do mestrado, com quem compartilho as minhas alegrias, dúvidas, angústias e conquistas. Sabem que são tudo em minha vida e, com palavras, é até difícil expressar o quanto amo vocês e sou agradecida a Deus por ter esta família abençoada, iluminada e unida sempre. Agradeço por compreenderem minha ausência devido à dedicação à minha pesquisa e, também, por me abraçarem e, assim, trazerem a calma, mostrando que todas as dificuldades iriam passar e eu iria vencer cada etapa com perseverança e fé.

À minha mãe Conceição, que me mostra, todos os dias, o sentido do amor e o quanto devemos lutar pelos nossos objetivos, vencendo todas as situações com garra, fé e confiança. Mulher de um coração que transborda ternura, amor e afeto, sempre minha companheira e minha fortaleza!

Ao meu pai Paulo, homem de fé e sabedoria, que sempre me ouve e me guia pela mão no caminho de seriedade, força e amor, demonstrados em cada palavra de incentivo e perseverança. Sinônimo de proteção, carinho e atenção, sempre de braços abertos a aconchegar-me!

Aos meus irmãos Bárbara e Paulo Henrique, que juntos aprendemos o significado de partilhar o colo, o abraço e o amor incondicional da nossa família, além de sermos abençoados com o exemplo de nossos pais para estarmos sempre em busca do conhecimento. Unidos, seguimos com os corações conectados pelo amor e pelo afeto!

Ao meu esposo Carlos, meu companheiro e amor para toda vida, que me incentiva e apoia em cada decisão, ouvindo-me e compartilhando das conquistas, dificuldades e sonhos. Juntos e de mãos dadas na mesma direção construindo nossa família, que agora está crescendo, à espera do Pedro Guilherme, fruto do nosso amor. Nossa união está abençoada por Deus para a eternidade!

Aos meus avós Izaltina e Antônio, que, com muito carinho, sabedoria e fé ensinam-me sobre a vida e o valor dos estudos, como sempre compartilharam em suas histórias, guardadas em minha alma. Os corações deles sentem minha admiração e meu agradecimento à cada ensinamento por meio do amor!

À minha querida Orientadora Prof. Dra. Carmen Célia Barradas Correia Bastos, mulher abençoada por Deus, presente em minha vida! Gratidão pelo carinho com que me aceitou como sua orientanda e pela paciência, conduzindo-me com sua imensa e admirável sabedoria pelos caminhos do mestrado, de forma enriquecedora e inspiradora em minha formação. Sabe o quanto és muito especial e sempre estará em meu coração!

À professora Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredo e ao professor Dr. Cezar Roberto Versa, que aceitaram o convite para dialogarem e contribuírem com suas experiências, compartilhando seus conhecimentos com a minha pesquisa para dissertação.

Aos meus amigos, que juntos caminhamos nesta estrada cheia de medos, descobertas, desafios, mas que concluímos o mestrado com muito aprendizado e novas amizades para as nossas vidas.

A todos meus amigos de vida que também acompanharam meus estudos, apoiando e incentivando, e que também compreenderam minha ausência quando necessário.

À Unioeste, meu berço acadêmico que me acolheu, mais uma vez, para o mestrado, oportunizando o aprofundamento sobre este precioso espaço do conhecimento.

RESUMO

A Coordenação Pedagógica tem marcado sua existência como órgão que promove a articulação das ações educativas das instituições escolares. Para tanto, qual é a repercussão das práticas rotineiras de reuniões pedagógicas na especificidade de Conselho de Classe, nas escolas da Educação Básica, para a consolidação profissional do professor? Como se organizam os trabalhos pedagógicos para aprofundamento e análise sobre as situações, problemas e dificuldades mencionados a partir dos diálogos e decisões realizadas nas reuniões pedagógicas de Conselho de Classe? Essas perguntas motivaram o presente estudo, que tem por objetivo desvelar a realidade institucional da Coordenação Pedagógica, a partir da percepção sobre reuniões pedagógicas em seus desdobramentos no cotidiano escolar, apresentando discussões que valorizam esse espaço como *locus* de qualificação profissional dos docentes com objetivo de melhorar as práticas pedagógicas das escolas e não somente ter o foco na parte burocrática. Realizamos a pesquisa em escolas municipais de Cascavel/PR, com uma amostra de 30% (quinze escolas), contemplando as regiões geográficas urbanas da cidade como critério de definição quantitativa para compor a amostra pretendida, sendo realizado sorteio aleatório para a escolha. Trata-se de uma pesquisa qualitativa no âmbito escolar, com abordagem fenomenológica, que desvelou, por intermédio de análise dos registros cotidianos das suas reuniões de Conselho de Classe, as ações e consequências das decisões tomadas que possam constituir propostas de formação continuada para o corpo docente. O *corpus* de dados da pesquisa foi composto pelas Categorias de Análise, que remetem ao interesse da pesquisa, destacadas nas leituras e análise dos documentos formais dos registros das reuniões de Conselho de Classe, promovidas pela Coordenação Pedagógica das escolas no período do ano de 2017. Buscamos compreender como a Coordenação Pedagógica pode contribuir para a melhoria da prática do professor, possibilitando uma contínua qualificação da sua prática docente e oportunizando o debate de se construir/constituir um espaço de formação continuada dos professores, a partir das experiências cotidianas das reuniões pedagógicas em escolas da Educação Básica. Compreendemos que as Unidades de Significado (US), sintetizadas em Categorias de Análise, trouxeram a essência da nossa pesquisa, apresentando aspectos importantes para compreendermos esse fenômeno, contribuindo para o exercício da função de coordenador pedagógico e a formação continuada de todos os professores na escola.

Palavras-chave: Coordenação Pedagógica, Formação continuada, Conselho de Classe.

ABSTRACT

The pedagogical coordination has marked its existence as an organ that promotes the articulation of educational actions in schools. Therefore, what is the repercussion of the routine practices of pedagogical meetings on the specificity of the Class Council, in the schools of Basic Education, for the professional consolidation as a teacher? How are the pedagogical works organized to deepen and analyze the situations, problems and difficulties mentioned in the dialogues and decisions made in the pedagogical meetings of the Class Council? These questions motivated the present study, which aims to unveil the institutional reality of pedagogical coordination, based on the perception of pedagogical meetings in their unfolding in the school routine, presenting discussions that value this space as the locus of teacher's professional qualification with a view to improve school teaching practices and not to focus only on bureaucracies. We conducted the study in municipal schools in Cascavel/PR, with a sample of 30%, therefore, fifteen schools, contemplating the urban geographic regions of the city as a criterion of quantitative definition to compose the intended sample, there was a random draw to choose these schools. It is a qualitative research in the school environment, with a phenomenological approach, which revealed, through the analysis of the daily records in Class Council meetings, the actions and consequences of the decisions taken that may constitute proposals for continuing professional development for teachers. The research *corpus* was composed of Categories of Analysis which refer to the study objective, highlighted in the readings and analysis of the formal documents that presents the records of the Class Council meetings promoted by the pedagogical coordination of schools in the period of the year 2017. We seek to understand how the pedagogical coordination can contribute to the improvement of teacher practice, enabling a continuous qualification of their teaching practice and providing an opportunity for the debate to build/constitute a space for continuing education for teachers, based on the daily experiences of pedagogical meetings in schools. We understand that the meaning units synthesized in Categories of Analysis, brought the essence of our research, presenting important aspects to understand this phenomenon, contributing to the role of the pedagogical coordinator and the continuing education for teachers in school.

Keywords: Pedagogical coordination, continuing education, class council.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 DESVELANDO A REALIDADE INSTITUCIONAL DAS COORDENAÇÕES PEDAGÓGICAS.....	10
1.1 Aspectos legais e históricos	10
1.2 Atribuições da função da Coordenação Pedagógica	15
1.3 Formação do coordenador pedagógico.....	17
1.4 Coordenador pedagógico como articulador, mediador e condutor na formação dos professores.....	20
2 DELINEANDO O CONSELHO DE CLASSE.....	26
2.1 Conselho de Classe	26
2.2 Organização e planejamento nas Escolas Municipais de Cascavel.....	33
2.3 Pós-Conselho.....	34
3 OLHARES PARA OS REGISTROS DAS REUNIÕES DE CONSELHO DE CLASSE	36
3.1 Caminhos da pesquisa.....	36
3.2 Caracterização das escolas municipais	40
3.3 Sistematização do <i>Corpus dos dados</i>	43
3.3.1 Descrição dos documentos	43
3.3.2 Síntese da descrição dos documentos	49
3.3.3 Evidência das Unidades de Significado (US)	50
3.3.4 Categorias de Análise.....	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXOS	74

INTRODUÇÃO

O trabalho pedagógico desenvolvido, principalmente na função de uma Coordenação Pedagógica, pode ser mais significativo se relacionarmos suas ações à dinâmica de formação dos professores? Essa questão nos impulsiona a conhecer como se dá a articulação, a escuta, o diálogo e os posteriores encaminhamentos dos coordenadores pedagógicos nas reuniões pedagógicas existentes nas escolas de Educação Básica, em algumas instituições do município de Cascavel/PR.

A inquietação sobre a qualidade no ensino, prática docente, é um aspecto que, desde antes da graduação, me instiga a compreender e estudar sobre como desenvolver e se envolver nesse espaço dentro da instituição escolar na sua cotidianidade. Realizei minha graduação em Pedagogia na Unioeste – Campus Cascavel, entre os anos de 2007 e 2010, onde melhor compreendi os diversos caminhos que ela poderia estar proporcionando-me. Nesse contexto, já trabalhava há oito anos como auxiliar de classe e auxiliar administrativo em escolas particulares, aproximando-me mais da realidade da equipe pedagógica¹ e da organização das práticas docentes que eram realizadas, o que me impulsionou a querer aprender e, um dia, poder exercer essa função com a qual estava cada dia mais me identificando e, assim, ajudando a germinar esta semente já plantada. Ao concluir a graduação, fui aprovada no concurso da Prefeitura Municipal de Cascavel, como Professora de Educação Infantil. Lembro, como se fosse hoje, quando liguei no setor de recursos humanos da prefeitura para compreender melhor sobre os atributos da função a qual fui chamada, pois tinha receio do novo e de uma realidade a qual nos era ensinada a respeito das escolas municipais, o que, para mim, era um tanto preocupante. A servidora municipal que me atendeu explicou e acrescentou que, após o estágio probatório (que compreende o período de três anos), eu poderia fazer uma avaliação para ser coordenadora pedagógica se tivesse interesse. Eu não havia mencionado nada a ela, mas as palavras que ouvi apenas me impulsionaram a sair da zona de conforto e agradecer pela oportunidade de uma nova caminhada que estava iniciando.

Assim, durante minha atuação profissional como professora e coordenadora pedagógica, tenho buscado pesquisar, compreender e desempenhar esse desafiador, respeitável e importante trabalho educativo. Considero, portanto, a

¹ Corresponde ao coordenador pedagógico e ao diretor da instituição de ensino.

Coordenação Pedagógica como peça fundamental para que as engrenagens da escola funcionem de forma contínua e organizada, mesmo diante das diversas dificuldades e desafios. A equipe pedagógica, como um todo, tem a responsabilidade de “colocar o óleo” adequadamente para que as peças sempre continuem a funcionar.

Portanto, para a minha pesquisa de Mestrado, escolhi dedicar-me e estudar sobre a atuação da Coordenação Pedagógica com vistas à formação docente e qualificação profissional, observando que, diante das inúmeras situações as quais as instituições escolares vivenciam, há a necessidade de avanços, aprofundamento das discussões com a proposta de formação de professores, possibilitando, assim, pesquisar sobre esse assunto que é discutido recentemente e é pertinente para a educação.

Dessa forma, almejamos desvelar sobre essa função tão importante, buscando aproximar-nos da realidade na escola, via pesquisa científica, e compreender ainda mais as práticas desenvolvidas, bem como a articulação e os encaminhamentos pedagógicos com toda a equipe, tecendo caminhos para a melhor qualidade do ensino e para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Destacamos, então, a importância da partilha e do diálogo da equipe pedagógica auxiliando para uma efetiva e contínua formação pedagógica, como pontua Nóvoa (1995, p. 14), que o diálogo entre os professores é fundamental para fortalecer a socialização dos conhecimentos adquiridos em sua prática profissional, afirmando os valores da profissão docente.

Quando pensamos em formação continuada dos professores, destacamos a importância que este aspecto tem para a melhoria do ensino e aprendizagem, tanto do professor quanto do aluno, contribuindo para a compreensão e o desenvolvimento do seu trabalho a partir da sua cotidianidade. Cremos que esse processo de formação deve ocorrer não somente fora do ambiente escolar, mas também fazendo parte do âmbito cotidiano de cada instituição, incentivando a análise e a reflexão das práticas e dificuldades diárias. Segundo Nóvoa (1995),

Para a formação de professores, o desafio consiste em conceber a escola como um ambiente educativo, onde trabalhar e formar não sejam actividades distintas. A formação deve ser encarada como um processo permanente, integrado no dia-a-dia dos professores e das escolas, e não como uma função que intervém à margem dos

projectos profissionais e organizacionais (NÓVOA 1995, p. 18 *apud* MCBRIDE, 1989).

Para que seja desenvolvido o trabalho escolar, é importante o envolvimento e o compromisso dos professores da escola, na dinâmica da Coordenação Pedagógica. Esse órgão escolar tem o papel de ser articulador, mediador e condutor para a continuidade da formação dos professores. A Coordenação Pedagógica, no contexto da Educação Básica, deve ter a função de orientar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, assim como na interação entre todos os profissionais envolvidos com a educação, visto que tem uma visão do contexto geral do desenvolvimento pedagógico e do trabalho desenvolvido por todos os profissionais da escola. Conforme pontua Geglio (2014), sobre o desenvolvimento e a importância do trabalho do coordenador pedagógico:

Partimos da compreensão de que o coordenador pedagógico deve assumir o papel de articulador e condutor desse momento da formação do professor, dada a importância de sua função que é de planejar e acompanhar a execução do processo didático e pedagógico da instituição (GEGLIO, 2014, p. 383).

Quando olhamos para as funções atribuídas ao coordenador pedagógico, elas, muitas vezes, vão além das questões pedagógicas, onde “as atividades administrativas e burocráticas, como: [...] atender pais a qualquer hora que cheguem, acompanhar reformas e outros procedimentos de manutenção da escola, que impedem ou dificultem que ações consideradas parte da formação docente sejam realizadas” (PLACCO; ALMEIDA; SOUZA, 2012, p. 12). O trabalho pedagógico necessita ser desenvolvido tendo como prioridade a função articuladora, mediadora e formadora, as quais possibilitem a melhoria na qualidade do ensino e aprendizagem, em meio a tantas outras atividades em que está envolvido no ambiente escolar.

A relação entre os professores e a equipe pedagógica se dá pela troca de informações e conhecimento, por meio de reuniões e propostas pedagógicas, pensando e discutindo aspectos para os planejamentos, analisando, juntos, possíveis formas de sanar as dificuldades de aprendizagem, salientando a importância das relações pessoais para que sejam éticas e de responsabilidade, buscando soluções para as diversas situações que emergem no ambiente escolar. Desse modo, os resultados do desenvolvimento pedagógico dos alunos e do

trabalho como um todo no âmbito escolar tem responsabilidade tanto para os professores quanto para o coordenador.

Destacamos, portanto, as reuniões pedagógicas de Conselho de Classe como momento que possibilita, também, discutir e refletir sobre a aprendizagem do aluno, bem como avaliando de forma conjunta o trabalho pedagógico que está sendo realizado, assim como Correa e Silva (2016) complementam:

O Conselho de Classe torna-se um espaço de reflexão pedagógica em que a comunidade escolar situa-se conscientemente no processo com a função de reorientar a ação pedagógica de acordo com os fatos apresentados e metas previstas no Plano Político Pedagógico Escolar (CORREA; SILVA, 2016, p. 04).

Também, pontuando sobre a importância do direcionamento no desenvolvimento do Conselho de Classe com objetivo de alcançar os resultados almejados nestas reuniões pedagógicas, pontuam Chaves e Lubian (2011):

Para que o Conselho de Classe se aproxime da sua real função, é necessário que a discussão esteja voltada para a avaliação do trabalho pedagógico, visando as melhorias destas ações de forma planejada colaborando para a recondução do processo ensino aprendizagem (CHAVES; LUBIAN, 2011, p. 06)

Podemos perceber a importância da participação de todos os membros² da comunidade escolar para a realização da análise das práticas pedagógicas que estão sendo realizadas, de forma a objetivar as reorganizações destas ações para o processo educativo, visando às formações continuadas necessárias para compreensão dos diversos assuntos que emergem cotidianamente.

Portanto, a intencionalidade principal do presente estudo foi imergir na realidade da dinâmica das ações da Coordenação Pedagógica como órgão articulador do trabalho educativo e que, a nosso ver, é um espaço que pode constituir-se como local de formação continuada dos professores, a partir das experiências vivenciadas na escola onde atuam.

Assim, trazemos as seguintes indagações as quais norteiam nossa pesquisa: Qual é a repercussão das práticas rotineiras de reuniões pedagógicas na especificidade de Conselho de Classe, nas escolas da Educação Básica, para a consolidação profissional do professor? Como se organizam os encaminhamentos

² Referimo-nos a equipe pedagógica, professores, servidores, pais e responsáveis dos alunos.

pedagógicos para o aprofundamento e a análise sobre as situações, problemas e dificuldades mencionadas a partir dos diálogos e decisões realizadas nas reuniões pedagógicas?

Tendo como base as perguntas norteadoras de pesquisa, elencamos os objetivos que darão alicerce, em busca de caminhos para respostas de nossas indagações.

Nossa pesquisa tem como objetivo geral desvelar a realidade escolar das reuniões pedagógicas de Conselho de Classe em seus desdobramentos no cotidiano das Coordenações Pedagógicas, e os objetivos específicos almejam compreender como a Coordenação Pedagógica pode contribuir para a melhoria da prática do professor, possibilitando uma contínua qualificação da sua prática docente e oportunizar o debate de se construir/constituir um espaço de formação continuada dos professores, a partir das experiências cotidianas das reuniões pedagógicas em escolas da Educação Básica.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa no âmbito escolar, com uma abordagem fenomenológica e a realização de pesquisa documental dos registros formais das reuniões pedagógicas de Conselho de Classe das escolas selecionadas. Portanto, utilizamos como objeto de análise as atas das reuniões referentes ao período do ano letivo de 2017, bimestralmente, conforme calendário escolar.

Para contextualizarmos a temática e efetivarmos as discussões para alcançarmos os objetivos propostos, organizamos o estudo do seguinte modo:

No primeiro capítulo, apresentamos sobre a realidade institucional das Coordenações Pedagógicas quanto aos aspectos legais e históricos, mencionando a legislação referente ao ingresso e à formação do coordenador pedagógico. Abrangemos, também, quanto às atribuições da função, de acordo com autores estudados, tais como Geglio (2016), Barros e Eugenio (2014), Quirino (2015), Giovani (2013), Araújo e Rotondano (2017) e Placco, Almeida e Souza (2012), destacando sobre a formação do coordenador pedagógico e o desenvolvimento do seu trabalho como articulador, mediador e condutor na formação dos professores.

No segundo capítulo, explicitamos sobre o Conselho de Classe, pontuando seus objetivos, baseado nas referências dos autores, a importância do envolvimento de todos os profissionais de educação nos estudos e nas discussões para avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos e de autoavaliação para

organização pedagógica, como evidencia os autores Correa e Silva (2016), Chaves e Lubian (2011), Leindecker e Bastos (2009), Dalben (2010), Brandão, Ramos e Cruz (2018), Engers e Gomes (2007), com destaque aos aspectos legislativos do município de Cascavel e do país, os quais abordam esse assunto.

No terceiro capítulo, direcionamos os olhares aos registros das reuniões de Conselho de Classe, descrevendo sobre os caminhos percorridos na pesquisa para a coleta de dados e a caracterização das escolas municipais selecionadas. Contemplamos quanto à sistematização do *Corpus* dos dados, sobre a descrição dos documentos, as evidências das Unidades de Significado (US)³ e as Categorias de análises, que desvelam ao estudo a compreensão das ações da Coordenação Pedagógica.

No quarto capítulo, dissertamos as considerações finais da pesquisa apresentando as respostas das indagações que norteiam o nosso trabalho, acerca das nossas compreensões do que pesquisamos e articulando às discussões teóricas que a fundamentam, trazendo à luz esta valiosa pesquisa.

Portanto, procuramos discutir, em nossa pesquisa, entre outros aspectos, a importância do trabalho da equipe pedagógica e qual é a sua repercussão para a formação continuada dos professores, resolução de problemas pedagógicos, conflitos, dificuldades, ações e realizações. Tem o propósito ainda de colaborar e incentivar os professores a refletirem diretamente sobre a organização do seu trabalho, a realidade e os efetivos problemas do seu cotidiano, apoiando de forma coletiva para a efetivação da melhoria da prática pedagógica.

³ Segundo Martins (1992, p.60), as Unidades de Significado (US) são “o resultado da redução como conjunto de asserções significativas para ele, pesquisador, mas que apontam para a experiência do sujeito, isto é, que aponta para a consciência que este tem do fenômeno. A este conjunto de asserções, denomina-se, aqui, unidades de significado”.

1 DESVELANDO A REALIDADE INSTITUCIONAL DAS COORDENAÇÕES PEDAGÓGICAS

1.1 Aspectos legais e históricos

A formação do professor pode ser iniciada a partir da formação de docentes, o magistério, apresentando vários caminhos que podem ser trilhados, sendo essas modalidades elencadas na Lei Nº 11.301, de 10 de maio de 2006, que altera o artigo 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pontua e assegura, no inciso 2, a definição de funções de magistério:

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (BRASIL, 1996, p. 35)

Portanto, a formação de magistério, bem como cursos de graduação, inclui, além de exercer a docência em sala de aula, as funções de diretor, coordenador e assessor pedagógico, ampliando as possibilidades de atuação nas unidades escolares, que são de extrema importância para o andamento do trabalho pedagógico.

Referindo-se ao requisito de formação acadêmica, a Lei Nº 9394/1996 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, apresenta em termos nacionais quanto à formação exigida aos profissionais da educação, no artigo 62, alterada e atualizada pela redação da Lei nº 12.796, de 4 de abril 2013:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 1996, p. 33)

Inicialmente, para o ingresso na carreira de Professor e Professor de Educação Infantil no município de Cascavel⁴, é necessária a realização das provas do concurso público e cumprir com os requisitos para o ingresso na carreira, de acordo com a Lei Nº 6.445, de 29 de dezembro de 2014, referente ao Plano de Cargos, Carreiras, Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Cascavel-PR, destaca-se que:

Art. 6º. O ingresso na carreira dos cargos de Professor e Professor de Educação Infantil se dará por meio de concurso Público de provas e títulos, tendo como requisito, dentre outros requisitos gerais, conforme segue:

I- Para o Cargo de Professor, formação em nível superior em curso de licenciatura de graduação plena em Pedagogia e/ou Normal Superior.

II- Para o Cargo de Professor de Educação Infantil, formação em nível médio, na modalidade normal/formação docente, Pedagogia e/ou Normal Superior (CASCAVEL, 2014, p. 3).

A Lei Nº 6.445/2014, em seu artigo 17, pontua sobre a exigência para o exercício da função do coordenador pedagógico citando que “a função de Coordenação Pedagógica é exercida por profissionais preferencialmente habilitados em Pedagogia, que desenvolvem suas atividades nas instituições educacionais”.

No município de Cascavel, o Professor(a) concursado pode participar da seleção para ser coordenador pedagógico após o período do estágio probatório⁵ que compreende o período de 3 anos. A seleção constitui-se de uma prova escrita que avalia conceitos teóricos e históricos embasados no Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel⁶ e outros documentos que norteiam a educação básica. Em uma segunda etapa, os aprovados participam de uma entrevista realizada pelo Departamento Pedagógico Municipal de Educação, por Coordenadores Pedagógicos Municipais e Psicóloga, como assegura o artigo 3º da Portaria nº 046/2015:

⁴ Localizada no Oeste do Paraná, conhecida como a Capital do Oeste Paranaense, com aproximadamente 328.454 habitantes, segundo dados do IBGE referente ao ano de 2019.

⁵ Lei Nº 6.445/2014, artigo 55 e 56.

⁶ Documento que apresenta os pressupostos teóricos, encaminhamentos metodológicos, conteúdos e avaliação que direcionam o trabalho realizado nas instituições escolares da Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 3º. Para atuar na função de Coordenador Pedagógico da Instituição de Ensino o Professor deverá ser aprovado em avaliação escrita e entrevista realizada pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação. (CASCAVEL, 2015, p. 2)

De forma a normatizar a ocupação do coordenador pedagógico mediante processo de seleção, a Portaria nº 001/2017/GAB/SEMED estabelece as normas para ocupação da função de coordenador pedagógico escolar para os anos de 2017 e 2018, nas Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil de Cascavel, explicando no artigo 3º, em seu inciso 1, sobre as etapas:

Art.3º – O Processo Seletivo será composto de duas etapas, sendo a primeira, avaliação escrita de caráter eliminatório e a segunda, com entrevista para os candidatos aprovados na prova escrita.

§1º. A avaliação escrita conterá 4 (quatro) questões discursivas e 06 (seis) questões objetivas de caráter eliminatório, devendo o candidato responder aos requisitos específicos de cada questão. (CASCAVEL, 2017, p. 2)

O professor aprovado na seleção para a função de coordenador pedagógico será designado à unidade escolar de acordo com o estabelecido no artigo 23 da Lei Nº 6445/2014, ou seja, em consonância com o diretor eleito de cada Escola Municipal ou Centro Municipal de Educação Infantil.

Art. 23. Compete ao Secretário Municipal de Educação, em conformidade com a Direção da instituição, por meio de Ato que regulamenta a matéria, indicar o Profissional do Magistério para exercer Função Gratificada de Coordenador Pedagógico da instituição de ensino, cuja designação da função e o local do exercício serão efetivados por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal. (CASCAVEL, 2014, p. 10)

Assim como para o cargo de professor, para atuar como coordenador pedagógico é necessário cumprir alguns requisitos inerentes à função, como apresentado no artigo 4º da Portaria nº 046/2015.

Art. 4º. A definição do Coordenador Pedagógico da Instituição de Ensino obedecerá aos seguintes requisitos:

- I. Ser do quadro do Magistério Público Municipal de Cascavel;
- II. Ter formação em Pedagogia, Normal Superior ou curso de Nível Superior na área de Educação com curso de Magistério ou Formação docente, com pós-graduação na área de Educação;

- III. Ter disponibilidade de horário, de acordo com as necessidades da Escola e da Secretaria Municipal de Educação;
 - IV. Desempenhar a função em consonância com o Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino, o Regimento Escolar, o Projeto Político Pedagógico da Escola e a Lei Municipal nº 6.445/14.
 - V. Ter obtido nota igual ou superior a 7,0 (sete) na última Avaliação, seja como professor regente, Diretor de Escola ou de CMEI, Coordenador de escola ou de CMEI ou Coordenador Pedagógico Municipal.
 - VI. Não ter sido condenado em processo administrativo nos 5 (cinco) anos que antecedem a data da designação.
- (CASCAVEL, 2015, p. 2)

Como documento mais atualizado referente aos requisitos do coordenador pedagógico, apresentamos o artigo 5º da Portaria nº 196/2017/ADM/SEMED que complementa, nos tópicos II, dizendo que necessita “Ter formação em Pedagogia, Normal Superior ou curso de Nível Superior na área de Educação com curso de Magistério ou Formação docente, com pós-graduação na área de Educação, em conformidade com o artigo 17 da Lei Municipal nº 6.445/2014”, e modificando o tópico VI, para o texto “ter concluído o estágio probatório”.

No exercício das funções de diretor, coordenador pedagógico escolar e coordenador pedagógico municipal, são instituídas como funções gratificadas e, portanto, recebem um adicional em seu vencimento, como citado no artigo 21 da Lei Nº 6445/2014.

Art. 21. Para exercício de função gratificada, o Profissional do Magistério receberá gratificação de função incidente sobre o vencimento do cargo nos seguintes percentuais:

- a- 25% (vinte e cinco por cento) de Gratificação de Função ao Diretor de Escola e ao Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil com até 300 alunos matriculados. Na escola que superar esse número, terá direito ao acréscimo de 1% (um por cento) a cada 100 alunos, não sendo cumulativo;
- b- 25% (vinte e cinco por cento) de Gratificação de Função ao Coordenador Pedagógico de Escola e de Centro Municipal de Educação Infantil;
- c- 30% (trinta por cento) de Gratificação de Função ao Coordenador Pedagógico Municipal.

(CASCAVEL, 2014, p. 9)

Todos os profissionais da educação são avaliados em seus desempenhos como política de desenvolvimento de Recursos Humanos, sendo também o

coordenador pedagógico avaliado de acordo com as atribuições de sua função, como regulamenta a Lei Nº 6445/2014, em seu inciso 2º do artigo 49.

§2º. Aos Profissionais do Magistério exercendo a função de coordenação pedagógica:

- I- Coordenação, participação, elaboração e orientação para a execução do Projeto Político Pedagógico – PPP das instituições de ensino;
 - II- Gestão pedagógica com a participação dos docentes;
 - III- Domínio e Aplicabilidade do Currículo da Rede Municipal de Ensino, bem como do PPP da instituição de ensino;
 - IV- Interesse e cooperação nas atividades de articulação da escola com a comunidade escolar;
 - V- Relacionamento humano no trabalho;
 - VI- Iniciativa e criatividade nas atividades administrativas e pedagógicas que inovam o trabalho na instituição de ensino;
 - VII- Autodesenvolvimento, conhecimento teórico prático;
 - VIII- Qualidade do trabalho, com responsabilidade e disciplina.
- (CASCAVEL, 2014, p. 23)

A Secretaria de Educação, por meio da Portaria Nº 060/2016/ ADM/ SEMED, normatiza a ocupação de funções, distribuição de turmas nas escolas municipais e outras atribuições para o ano de 2017 assegurando, no artigo 3º, sobre o número de coordenadores pedagógicos de acordo com o número de alunos em cada instituição escolar.

Art. 3º. Ao Coordenador Pedagógico de Instituição de Ensino compete as atividades descritas na Lei nº 6.445/14, sendo que a carga horária destinada a estes fica assim distribuída:

- I. Escolas com 150 (cento e cinquenta) a 400 (quatrocentas) matrículas – 1(um) Coordenador com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;
- II. Escolas com 401 (quatrocentas e uma) a 800 (oitocentas) matrículas – 2 (dois) Coordenadores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;
- III. Escolas acima de 801 (oitocentas e uma) matrículas – 3 (três) Coordenadores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;
- IV. Escolas com o número de matrículas inferior a 150 (cento e cinquenta), fica a critério da Secretaria Municipal de Educação analisar a necessidade da função de Coordenador Pedagógico bem como sua carga horária.

Parágrafo Único: Escolas que atendam o Ensino Regular num único turno terão um coordenador com 40 horas semanais, tendo como opção mais um coordenador de 20h, no turno de funcionamento do ensino regular, desde que possuam acima de 300 alunos.
(CASCAVEL, 2014, p. 2)

Ressaltamos que a Portaria nº 196/2017/ADM/SEMED e a Portaria Nº 363 de 28 de novembro de 2018 apresentam as mesmas quantidades de coordenadores pedagógicos por instituição de ensino. Essa organização se diferenciará de acordo com as leis e documentos estabelecidos pelos municípios e que norteiam as Secretarias Municipais de Educação.

Dando continuidade ao conhecimento das leis e demais documentos que embasam a função do coordenador pedagógico, realizaremos a explanação sobre as atribuições do coordenador pedagógico com a especificidade do município de Cascavel.

1.2 Atribuições da função da Coordenação Pedagógica

Nas instituições escolares, fazem parte da equipe de gestão escolar: o diretor, o coordenador pedagógico e, em algumas escolas de outros estados e municípios, o orientador pedagógico, e cada um tem suas atribuições e seus objetivos.

Na rotina escolar, nem tudo ocorre do modo planejado, acontecendo imprevistos que exigem de cada um seu desempenho e organização de acordo com as demandas, tendo o cuidado para que suas funções essenciais sejam sua prioridade. Como contribui Monteiro, et al. (2012) sobre a função do coordenador pedagógico:

Ele faz parte do corpo docente e sua função principal vai se dividir entre a formação de professores e a articulação do projeto político-pedagógico. Terá de reconhecer que sua função precípua é a de ser formador e articulador para não se deixar engolir pelas demandas do cotidiano (MONTEIRO, et al., 2012, p. 28).

Em meio a diversas situações que surgem diariamente nas escolas e que fazem parte do cotidiano escolar, o coordenador pode acabar por resolver uma infinidade de problemas que não fazem parte de suas atribuições, como cuidar da limpeza e da manutenção do espaço físico, fazer documentos administrativos, ficando para um segundo plano o desenvolvimento do seu trabalho pedagógico, comprometendo as necessidades que a ele competem. É importante que se tenha clareza de suas tarefas e sua importância para o desenvolvimento de uma gestão pedagógica eficaz e produtiva.

Segundo Barros e Eugenio (2014, p.4), “o coordenador, a fim de compreender o seu papel tão amplo e complexo, precisa estar também inserido em uma formação continuada que o esclareça do seu papel e das suas maiores necessidades”.

De acordo com a Lei Nº 6.445, de 29 de dezembro de 2014, referente ao Plano de Cargos, Carreiras, Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Cascavel-PR, Anexo I, p. 30 e 31, as atribuições do coordenador pedagógico nas instituições de ensino então direcionadas a coordenar e orientar todos os professores e profissionais de educação da unidade escolar e a comunidade, no processo de elaboração, realimentação, efetivação e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP), tendo como norteador o currículo do município, bem como as reuniões pedagógicas de Pré-Conselhos e Conselhos de Classe, em que o acompanhamento do trabalho pedagógico deve ser contínuo durante o ano letivo, não se detendo apenas nestes momentos específicos.

O coordenador pedagógico, assim como os demais servidores da unidade escolar, deverá manter a pontualidade e assiduidade como cumprimento dos requisitos de avaliação de desempenho, realizando, juntamente com demais membros da equipe administrativa, a avaliação periódica dos profissionais da educação de sua unidade escolar.

Além disso, conhecer a comunidade escolar por meio do levantamento socioeconômico cultural e promover a interação entre a escola, família e a comunidade, são essenciais ao processo de ensino e aprendizagem, com o olhar de que andam juntas e todas fazem parte do processo de educação.

As atribuições do coordenador também estão voltadas, segundo a Lei Nº 6.445/2014, ao planejamento, coordenação, orientação e avaliação dos encaminhamentos pedagógicos, realizando o assessoramento em sala de aula, em hora-atividade, atividades externas e nos demais espaços da escola, para o efetivo acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos e do trabalho pedagógico que os professores estão desempenhando. Dessa forma, o coordenador pedagógico terá subsídios para auxiliar na recuperação dos alunos com dificuldades, realizando os encaminhamentos necessários, sendo também encaminhado para a equipe multifuncional da Secretaria de Educação, a qual é responsável pela avaliação psicoeducacional.

Baseado no acompanhamento e na avaliação do desenvolvimento do trabalho pedagógico, o coordenador pedagógico deverá cumprir sua função em ser o mediador e orientador, buscando referências para desenvolver aprofundamento teórico e grupos de estudos, objetivando melhor qualidade de ensino, assim como a qualificação da sua prática docente, tornando a escola um espaço de formação continuada dos professores.

Além de todos os atributos da função do coordenador pedagógico supracitados, seu trabalho envolve o conhecimento e o estudo da legislação da área da educação, relacionadas à rede de ensino, tais como leis, deliberações e documentos para que esteja atualizando-se, embasando a condução do seu trabalho e as orientações a serem abordadas com a equipe escolar.

Portanto, observa-se que concerne ao coordenador pedagógico orientar, conduzir, coordenar, planejar, acompanhar, assessorar, avaliar, participar e promover, em conjunto com todo o corpo docente da unidade escolar, a realização de um planejamento e desenvolvimento da prática pedagógica para a qualidade da educação, de forma que incentive e contribua para a formação continuada dos profissionais, incentivando a reflexão sobre seu cotidiano e os resultados a serem alcançados.

1.3 Formação do coordenador pedagógico

A formação continuada contribui para as práticas pedagógicas de todos os profissionais envolvidos com a educação, visto o quanto é importante para sua atuação e seu desenvolvimento profissional. Isso deve ser um processo permanente e contínuo, de forma que assegure a melhoria na qualidade de ensino em meio aos avanços da tecnologia, aprimoramento e adquirindo novos conhecimentos apresentados cotidianamente à escola e à sociedade como um todo.

A Lei Nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirma, no artigo 70, sobre a destinação dos recursos financeiros à Educação, onde destacamos quanto à destinação para a formação dos profissionais da educação.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos

objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação. (BRASIL, 1996, p. 36)

A Secretaria de Educação de Cascavel (SEMED) tem o compromisso com uma educação pública que prioriza o acesso ao conhecimento de qualidade a todos os alunos, realizando investimentos em formação continuada para os professores e profissionais que atuam na Rede Municipal de Ensino, proporcionando cursos, palestras, seminários, em parceria com a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) e Universidades locais, desenvolvidos e organizados mensalmente por meio de informativo, de forma a contribuir para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Assegura-se para o município de Cascavel, de acordo com a Lei Nº 6445/2014, no artigo 59, sobre a qualificação e valorização profissional:

Art. 59. A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na Carreira, será assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização em instituições credenciadas; de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, observados os programas prioritários. (CASCAVEL, 2014, p. 19)

Portanto, o profissional de educação também necessita cumprir com seu papel em participar das formações oferecidas, refletindo em sua prática pedagógica e também fazendo parte de sua avaliação de desempenho quanto à aplicabilidade e aproveitamento das formações em seus planejamentos, como pontua o Art. 60 da Lei Nº 6445/2014.

Art. 60. O Profissional do Magistério, dentro do seu dever de formação contínua, deve frequentar cursos, encontros, seminários, simpósios, conferências, congressos e outros processos de aperfeiçoamento ou de atualização quando designado ou convocado pelo órgão competente, preferencialmente dentro do horário de trabalho. (CASCAVEL, 2014, p. 19)

Para garantir a oferta das formações continuadas, o município de Cascavel busca cumprir com o regulamentado na Lei Nº 6445/2014, no Art. 61, dizendo que “A Secretaria Municipal da Educação oferecerá anualmente um mínimo de 40 (quarenta) horas de cursos de formação continuada ou capacitação para todos os Profissionais do Magistério Público Municipal” (CASCAVEL, 2014, p. 19).

Assegura-se, também, na Deliberação do Conselho Municipal de Educação de Cascavel/CME Nº 003, de 17 de setembro de 2013, que estabelece Normas Complementares para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e suas Modalidades do Sistema Municipal de Ensino de Cascavel/PR, no artigo 93, para os profissionais da Educação do Ensino Fundamental que:

Art. 93. A Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o que estabelece o Plano Municipal de Educação e o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, deverá promover o desenvolvimento dos Profissionais da Educação atuantes no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, por meio da formação continuada. (CASCAVEL, 2013, p. 36)

A Secretaria de Educação, considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e a Lei Municipal nº 6.445/2014 que pontua também sobre a necessidade das formações continuadas, está ofertando, desde o ano de 2018, uma formação específica por meio de curso, tendo como público-alvo os coordenadores pedagógicos escolares que estão atuando nesta função e para os professores que pretendem exercer, assim como já ocorre para os professores que tenham interesse em ser candidato à direção escolar, sendo esse requisito para concorrer a eleição que ocorre em cada instituição a cada dois anos. Assim, esse curso de formação continuada será requisito para o exercício da função de coordenador pedagógico.

Dessa forma, a Portaria nº 001/2017/GAB/SEMED pontua sobre a necessidade de participação do coordenador pedagógico na formação específica oferecida pela Secretaria de Educação.

Art. 12. Todos os aprovados no Processo Seletivo para Coordenador Pedagógico de Escola e Coordenador Pedagógico de CMEI deverão participar de formação específica para a função, que será ofertada pela Secretaria Municipal de Educação. (CASCAVEL, 2013, p. 3)

Portanto, pensando na função do coordenador pedagógico que acompanha, conduz e orienta o trabalho pedagógico da instituição de ensino, e necessita estar preparado para as diversas situações do cotidiano escolar, compreendendo as suas atribuições e refletindo sobre a importância do seu trabalho em cada instituição, destacamos a relevância do constante interesse e participação nas formações continuadas, cursos e estudos em busca de aprofundar conhecimentos e, assim,

promover a formação entre todos os profissionais envolvidos com a educação, diante dos desafios cotidianos.

Mencionamos a busca por conhecimento que vai além das ofertadas pelo município, especializações e pós-graduações que venham ao encontro das diversas temáticas as quais a realidade educacional apresenta diariamente, aprofundando, constantemente, seus conhecimentos e suas pesquisas em direção à educação. Os coordenadores pedagógicos são condutores na formação dos professores, portanto, devem proporcionar o espaço para estudo e reflexão, de acordo com as necessidades que emergem do cotidiano escolar, sendo formadores nesse processo.

1.4 Coordenador pedagógico como articulador, mediador e condutor na formação dos professores

O coordenador pedagógico tem extrema importância no desenvolvimento do trabalho pedagógico de cada instituição, bem como no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, articulando e mediando as relações entre alunos, pais e professores, buscando sempre o diálogo, o aprofundamento teórico, didático e a formação dos indivíduos.

O papel do coordenador pedagógico pode ser muito mais amplo do que consta nos documentos e leis, tendo em vista a importância que seu trabalho e envolvimento têm nas práticas pedagógicas. No cotidiano desse profissional, é importante ter a capacidade de olhar para equipe como um todo, buscando perceber as diversas potencialidades de cada sujeito da equipe em prol de um objetivo comum.

Ser coordenador também envolve observar as dificuldades e vulnerabilidades para encontrar estratégias que possam minimizar esses aspectos e, assim, superá-los. Muitas vezes, o coordenador pertencia ao mesmo grupo de docentes em que, agora, está coordenando, o que pode facilitar essa observação, no entanto, ao mesmo tempo, essa aproximação pode prejudicar pelo envolvimento que já existia até aquele momento. Nesse ponto, podemos apontar a importância de neutralizar-se diante do que vivenciou para proporcionar um olhar claro do que precisará organizar e orientar.

Assim como todos que fazem parte do cotidiano escolar, o coordenador pedagógico tem o papel imprescindível de estar envolvido e em diálogo com todos, de modo que seja capaz de criar e aprimorar as interações humanas, para que as situações sejam apresentadas e possam ter seus caminhos conduzidos a uma melhoria dos resultados. Dessa forma, ele poderá estar promovendo e motivando todos da comunidade escolar a participarem, agregando conhecimentos e suas potencialidades para o sucesso da educação, respeitando as diferenças e sendo democrático nas suas falas e escutas. Como complementa Giovani (2013):

Ter intencionalidade, identificar quais as estratégias mais adequadas para contribuir para a aprendizagem dos professores e buscar um verdadeiro diálogo entre o que os professores sabem e o que precisam aprender são tarefas possíveis ao formador (GIOVANI, 2013, p. 57).

Destacamos quanto ao conhecimento do histórico e da realidade escolar que o coordenador pedagógico está inserido, de modo que compreenda a cultura da escola, como são realizados os planejamentos, quais conteúdos são desenvolvidos com cada turma de acordo com o currículo do município, documentos e leis que embasam o ensino, como organizam os cronogramas das atividades e aulas, bem como, as relações pessoais que estão estabelecidas, pois seu trabalho está ligado diretamente a esse aspecto. A partir desse conhecimento, o coordenador pedagógico pode organizar e refletir sobre a condução do seu trabalho, de modo que venha a agregar pontos positivos à formação e à condução da equipe a qual pertence. Não significa que ele não poderá propor novas estratégias de trabalho e condição de atividades, mas que consiga perceber qual o momento certo e oportuno de apresentar suas ideias, embasado em conhecimento, estudo e experiência, de modo que passe confiança aos seus colegas de trabalho e que possa, efetivamente, contribuir para beneficiar, respeitando o tempo e o espaço da equipe para mudanças.

O coordenador pedagógico, por vezes, pode ser visto como aquele que está para fiscalizar se os planejamentos estão sendo cumpridos e se os cronogramas estão sendo seguidos. Porém, o seu papel está agregado à promoção do diálogo e vai muito além do olhar com os compromissos dos professores, de maneira que ele possa ser a peça importante e primordial que auxilia, dialoga, discute e, acima de

tudo, promove os estudos de acordo com as necessidades de cada turma e da equipe escolar como um todo. Nesse viés, Barros e Eugenio (2014) afirmam que:

A presença do coordenador pedagógico está para compartilhar essas dificuldades, para mostrar aos professores que não estão sozinhos, para articular uma equipe que se apoie, que proporcione uma formação sólida e que todos busquem juntos alternativas visando a aprendizagem dos alunos (BARROS E EUGENIO, 2014, p. 04).

Para auxiliar nessa parceria, o diálogo é uma importante ferramenta a ser utilizada, de modo que o professor e o coordenador pedagógico possam estabelecer combinados e cronogramas para a entrega de planejamentos e demais documentos pedagógicos (relatórios, planos de aulas), com o intuito de melhorar a confiança entre ambos e desenvolver uma relação de maior afetividade e proximidade, procurando que a escuta seja ponto importante nessa parceria.

Diariamente, poderão ocorrer situações as quais a equipe terá uma maior dificuldade para solucioná-las, mas é imprescindível que os profissionais estejam engajados e alinhados para buscarem, juntos, a condução para resolução dos problemas apresentados. Nesses momentos, também emergem as necessidades para pautas de realização da formação continuada dentro da escola, onde todos podem participar contribuindo para a discussão de assuntos relevantes ao seu cotidiano.

O coordenador pedagógico será o condutor do diálogo entre alunos, pais, professores e demais servidores em conjunto com a direção escolar para melhor qualidade nas relações, refletindo no ensino e na aprendizagem dos alunos e na participação de todos da comunidade escolar. Geglio (2016) cita sobre a importância da participação da equipe na formação continuada dentro da escola:

A formação centrada na escola, por sua vez, considera o professor como sujeito capaz de identificar e entender as dificuldades que emergem no dia a dia do seu trabalho e privilegia a discussão, análise e encaminhamento dos problemas (GEGLIO, 2016, p. 54).

Aproximar a família da escola e dividir com elas os planejamentos, objetivos e como a escola está organizada para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com seus filhos, certamente, é um aspecto essencial para o trabalho do corpo docente, do coordenador e do diretor, de maneira a estabelecer um vínculo que eles possam

compreender como estão organizados: os horários da escola, o calendário escolar, os conteúdos curriculares de acordo com cada turma, a programação das tarefas, os materiais necessários para planejamento e desenvolvimento das atividades, a avaliação e como será a condução das questões relacionadas às regras, à disciplina e ao processo de ensino e aprendizagem.

É normal que os pais busquem conversar com a escola quando algo não está ocorrendo da forma que esperavam, no entanto é preciso saber ouvir para compreender as reclamações e buscar sempre dar atenção ao que está sendo pontuado. Nesse momento, é importante registrar o que foi dito e, posteriormente, realizar a conversa com o professor para melhor análise da situação, dando o retorno aos pais, de forma que encontre a resolução e o esclarecimento do problema, exercitando a mediação entre a escola e a família, de modo a superar os obstáculos para a ativa participação da família na escola.

Almejando a realização de formação dos professores, o coordenador pedagógico também necessita buscar sempre novos saberes, novas informações, aprimorando e aprofundando conhecimentos, com empenho e dedicação para instruir e conduzir sua equipe. A formação recebida na graduação, por vezes, pode não ser suficiente e não preparará para os desafios do cotidiano tão bem quanto estar vivenciando e pesquisando sobre os aspectos mais importantes e relevantes da realidade vivenciada na escola. De acordo com Quirino (2015),

O aprendizado oriundo das experiências e do contato com os colegas e alunos/as, aliado à criatividade e à curiosidade, possibilita fazer a transposição dos saberes pedagógicos e didático-curriculares, adquiridos nos meios acadêmicos, em especial, nos cursos de Pedagogia e de formação docente, para prática da coordenação pedagógica, sendo também de fundamental importância para a construção dos saberes específicos necessários ao exercício de suas atividades (QUIRINO, 2015, p. 45).

O trabalho do coordenador pedagógico também envolve a constante avaliação, não somente do aprendizado e desenvolvimento dos alunos, mas relacionado ao trabalho pedagógico em andamento na escola, procurando perceber sua articulação e a efetiva transformação na educação.

Em meio a tantas situações e funções a ele atribuídas, o coordenador pode sentir-se frustrado por não ter conseguido cumprir com seus planejamentos pedagógicos, por estar realizando questões burocráticas, mas essas questões,

muitas vezes, são necessárias para a efetivação e a segurança do seu trabalho, como os registros das atas das reuniões. No entanto, encontramos, nas escolas, o secretário escolar que, muitas vezes, auxilia nessas questões burocráticas e pode amenizar a falta de tempo para que o coordenador pedagógico possa observar e acompanhar tudo que é necessário, mas nunca irá suprir o tempo que poderia ser dedicado às questões pedagógicas. Novamente, Quirino (2015) pontua sobre a importância da postura do coordenador pedagógico frente a situações do cotidiano, dizendo:

Apesar das dificuldades e interfaces do trabalho de coordenação, que muitas vezes abrange aspectos burocráticos e organizacionais, a dimensão humana do seu trabalho e a importância de uma postura ética voltada para os interesses dos/as educandos/as e dos/as professores/as devem ser o mote de atuação do/a coordenador/a (QUIRINO, 2015, p. 46).

Podemos, ainda, reforçar o quanto é complexa a função e o papel do coordenador pedagógico, permeada de diversas atividades que, muitas vezes, não conseguem ser desempenhadas com o êxito esperado, podendo apresentar uma defasagem na formação dos professores. Assim, orienta Araújo e Rotondano (2017):

[...] é necessário estabelecer uma orientação transformadora, onde o enfoque administrativo esteja em função do pedagógico, e que a articulação do trabalho coletivo, incentivando práticas democráticas e autônomas no fortalecimento das relações éticas e humanas nas instituições escolares, se traduza em possibilidades (ARAÚJO E ROTONDANO, 2017, p. 5572).

O coordenador pedagógico também tem o papel de incentivar, estar sempre acompanhando as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores com seus alunos, os conteúdos estudados, divulgando as conquistas de cada turma, demonstrando seu olhar atento a ele, contribuindo para o sucesso e o avanço da equipe.

A relação entre professores e coordenação pedagógica nem sempre ocorre de modo harmonioso, talvez pela baixa autoestima do professor em vivenciar suas conquistas, pela indiferença com que foi tratado anteriormente e, assim, não conseguiu ver seu esforço sendo valorizado e estimulado, por tantos anos de dedicação ou pelo professor iniciante com pouca experiência.

Temos professores que não estão abertos diante das diversas e necessárias mudanças que a sociedade está vivenciando, são resistentes a mudanças e optam por não ouvir/seguir as informações e orientações propostas, que, muitas vezes, são necessárias na prática pedagógica, tendo em vista que a educação e o processo de ensino e aprendizagem são processos dinâmicos e estão em constante transformação. Ademais, podemos encontrar coordenadores pedagógicos que não tinham a compreensão do tamanho da responsabilidade e do trabalho a qual estão envolvidos, e, por isso, podem estar desmotivados, não buscando atualização para poderem auxiliar seus professores nas orientações, deixando para depois os acompanhamentos a serem feitos com os professores e os alunos.

Portanto, dialogando com toda equipe e a comunidade escolar, de que o sucesso e o insucesso são resultados de um coletivo, promovendo a interação entre a família e a equipe pedagógica, tecendo uma rede de auxílio, informações e união, o coordenador pedagógico auxilia na compreensão de que cada um tem seu papel e que todos podem juntos alcançar a qualidade na educação.

Almejando alcançar este objetivo de diálogo para melhores encaminhamentos nas escolas, explicitaremos no próximo capítulo sobre o Conselho de Classe, destacando sua importância e dos profissionais de educação, bem como da comunidade escolar na avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos e de autoavaliação para organização pedagógica.

2 DELINEANDO O CONSELHO DE CLASSE

2.1 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é o momento em que a equipe pedagógica, os professores e demais servidores (monitores, agentes de apoio, auxiliares de classe e outros), reúnem-se para avaliar as práticas pedagógicas, ampliar o conhecimento sobre os alunos e os aspectos gerais que fazem parte do cotidiano escolar, a fim de discutir e indicar possibilidades que propiciem melhor qualidade da educação. Os critérios a serem avaliados devem estar direcionados aos avanços de aprendizagem dos alunos, às metodologias desenvolvidas pelos professores para explicação e compreensão dos conteúdos, ao acompanhamento do coordenador pedagógico nas atividades de cada turma, entre outros aspectos importantes.

Nesse sentido, no âmbito escolar, os Conselhos de Classe são importantes estratégias, busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola, com a participação de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, construindo juntos propostas que permitam, a todos, agirem em conjunto, primando por uma mudança educacional (LEINDECKER E BASTOS, 2009, p. 5-6).

Para contextualizar, é importante compreender que o Conselho de Classe tem seu início em meados dos anos 1950 e foi institucionalizado no ano de 1970 no Brasil, com a implantação da Lei 5692/71, como órgão oficial de avaliação da aprendizagem por meio dos regimentos escolares. Teve como fundamento uma perspectiva tecnicista, que olhava para a avaliação como punitiva, com práticas autoritárias, refletindo as memórias da sociedade em seu tempo histórico, porém, aos poucos, tem buscado redimensionar sua prática. Conhecendo um pouco mais sobre essa lei, Lopes (2016) menciona os aspectos administrativos nela destacados relacionados à organização das práticas escolares:

Ela normatizou, entre outros assuntos, o percentual mínimo de frequência escolar para promoção do aluno, indicou os regimentos escolares para disciplinar sobre aproveitamento, dependência, aprovação, reprovação escolar, recuperação da aprendizagem, avaliação escolar, currículo e deu ênfase para o entendimento acerca da prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos nos processos de avaliação da aprendizagem (LOPES, 2016, p. 28).

A partir da reforma da educação brasileira, recomendada pela Constituição Federal de 1988, idealizando uma escola de igualdade para todos, apresenta-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, uma nova proposta para a avaliação na organização escolar, com uma perspectiva democrática, como complementam Brandão, Ramos e Cruz (2018):

Na esteira do avanço teórico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 (BRASIL, 1996), além de propor a reorganização do sistema educacional numa perspectiva democrática, faz referência à avaliação formativa. Nessa conjuntura, o conselho de classe passa a ser apontado como espaço de reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, na direção de permitir ressignificar as concepções de ensino, de aprendizagem e de avaliação (BRANDÃO, RAMOS E CRUZ, 2018, p. 945).

A partir desse momento, a escola passa a ter mais autonomia de como procederá com a avaliação vinculada ao Conselho de Classe, espaço designado para esse fim, mas com o objetivo de avaliação também da instituição de ensino, de modo que se direcionem novas estratégias, organização do trabalho pedagógico, propondo abertura ao diálogo e ao debate formativo, em busca de melhor desempenho docente e de aprendizagem do aluno, interagindo com a comunidade escolar. Conforme pontuado por Dalben, In: Oliveira, Duarte, Vieira (2010):

Define-se, hoje, o Conselho de Classe como um órgão colegiado, presente na organização da escola, em que os professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos ou os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos com que trabalham, com o objetivo de tomar decisões sobre ações pedagógicas a serem desenvolvidas nessas turmas, séries ou ciclos (DALBEN, In: OLIVEIRA, DUARTE, VIEIRA, 2010, s.p.).

O conceito e a organização do Conselho de Classe deverão estar fundamentados e inseridos no Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada instituição escolar, sendo esse um documento que define e apresenta diversos aspectos da escola, como: histórico e objetivos da instituição de ensino, caracterização da escola, documentos e organização do trabalho pedagógico, entre outros aspectos.

Referente ao município de Cascavel, a deliberação CME/CVEL N°003/2013 apresenta, no artigo 85, o Projeto Político Pedagógico.

Art.85. O Projeto Político Pedagógico constitui-se em documento que define aspectos filosóficos, políticos, sociais, culturais e pedagógicos que irão nortear a construção do Plano de Ação, considerando a função social da escola, a caracterização socioeconômica da comunidade escolar e os pressupostos que irão delinear os encaminhamentos e ações pedagógicas de cada Instituição de Ensino. (CASCAVEL, 2013, p. 32)

Destacamos, também, no Regimento Escolar, os aspectos relacionados à organização do trabalho pedagógico e à formação continuada que envolvem o Conselho de Classe e seus resultados, conforme assegura a deliberação CME/CVEL N°003/2013 em seu artigo 87.

Art.87. O Regimento Escolar é o documento legal que formaliza e reconhece as relações dos sujeitos envolvidos no processo educativo, fundamentando as definições expressas no Projeto Político Pedagógico, com base na legislação vigente. (CASCAVEL, 2013, p. 33)

É de responsabilidade de cada instituição de ensino organizar, elaborar e atualizar esses documentos, assim como pontua a deliberação supracitada, no artigo 90, dizendo que “Compete a cada Instituição de Ensino, subsidiada pela Secretaria Municipal de Educação, elaborar seu Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar, garantindo a participação efetiva da comunidade escolar” (CASCAVEL, 2013, p. 35)

Dessa forma, é importante que haja a participação de todos os profissionais envolvidos para que se possa ter uma visão do todo, incentivando a articulação e o diálogo, em que os coordenadores realizem a mediação nas discussões. Sabemos que esse momento do Conselho de Classe não é o início das avaliações, mas é onde as conquistas, as dificuldades e a partilha de conhecimento e sugestões podem acontecer com maior amplitude, possibilitando definir, juntos, diferentes direcionamentos que propiciem melhores condições à aprendizagem do aluno e de trabalho a toda equipe escolar. Como afirma Geglio (2016,), “Este e outros aspectos redimensionam o papel da escola e sugerem a necessidade de o professor refletir

diretamente sobre sua prática pedagógica e sobre as demandas da comunidade na qual ela está inserida” (GEGLIO, 2016, p. 54).

A partir das discussões e dos levantamentos do Conselho de Classe, os avanços e obstáculos podem ser analisados e caminharem para uma reorganização das práticas pedagógicas necessárias de acordo com a realidade de cada escola, destacando, também, que cada aluno é responsabilidade de todos os profissionais envolvidos na educação.

Como preparação para o Conselho de Classe, realiza-se o Pré-Conselho, onde os professores de cada turma redigem um relatório sobre o desempenho individual de seus alunos, pontuando os conteúdos desenvolvidos, os encaminhamentos metodológicos e o acompanhamento de cada um, conforme planejamento do bimestre. Dessa forma, o coordenador pedagógico realiza suas contribuições pontuais para cada turma, no entanto, no dia da reunião de Conselho de Classe, deverá ser compartilhado com os demais do grupo os assuntos mais relevantes a serem discutidos coletivamente.

A partir desses assuntos pontuados e destacados no Pré-Conselho, o coordenador pedagógico deve buscar referências bibliográficas a serem disponibilizadas aos professores e efetivar um estudo sobre a problemática mais relevante no momento.

Portanto, o Conselho de Classe é uma atividade avaliativa que procura acompanhar os objetivos, conteúdos, metodologias, organização pedagógica, de acordo com o Projeto Político Pedagógico e o currículo, suscitando discussões e estudos, analisando os processos de ensino e aprendizagem, com a finalidade de avaliação dos alunos e de autoavaliação, visando ao aperfeiçoamento da prática pedagógica. Também, tem como objetivo definir estratégias para a recuperação dos estudos dos alunos que apresentem dificuldades de acordo com suas necessidades, a fim de que os estudantes apropriem-se dos conteúdos de seu ano escolar. De acordo com Correa e Silvia (2016):

É importante lembrar que nem sempre o aluno se faz presente nesta prática pedagógica, mas que ele é o foco principal nesse momento de avaliações e reflexões. Pois é dele e sobre ele que será realizado apontamentos pelo professor referente ao desempenho dos alunos, e por meio dos resultados negativos e positivos avalia-se também o trabalho do professor como mediador do conhecimento e em geral o trabalho da escola (CORREA e SILVIA, 2016, p. 5).

A função do Conselho de Classe não deve ser julgar o comportamento dos alunos, mas compreender qual é a relação que eles desenvolveram com o conhecimento e como gerenciam a vida escolar, desta forma a equipe pedagógica juntamente aos professores, poderá propor intervenções adequadas. No momento do Conselho de Classe, não deter-se nas discussões que girem em torno daquilo que o aluno não fez (não realizou tarefa de casa, não trouxe material) ou que fez inadequadamente (conversou muito durante as aulas, copiou trabalho dos colegas). Em contrapartida, deve-se partir de uma visão de análise do processo de ensino e de aprendizagem a partir do todo, que fazem parte da avaliação a ser realizada.

Pesquisadores da temática Conselho de Classe trazem dados de que existem limitações quanto à efetivação na prática de seus objetivos, mostrando as dificuldades em modificar o modo que se aprendeu e compreendeu sobre esse âmbito. Trata-se de fatores como de estagnar sua compreensão em realizar a análise do desempenho do aluno, sem inserir um planejamento de recuperação e novas metodologias. Apresenta-se o entendimento sobre a pauta de reprovação e aprovação do aluno, sendo classificado e julgado, muitas vezes colocando o fracasso de seu aprendizado apenas em fatores sociais externos.

Outra questão referente ao Conselho de Classe trata-se da preocupação com resultados das avaliações em larga escala, de forma a atingir as metas determinadas pela escola ou pela secretaria de educação, mas que pode cometer o incidente de dar o foco apenas aos índices, desconsiderando as dificuldades e condições em que se encontram o processo de aprendizagem, o que revela um viés mais político do que pedagógico, como mencionam Brandão, Ramos e Cruz (2018):

[...] de acordo com relatos dos professores revela, tanto implícita quanto explicitamente, uma avaliação no âmbito do conselho de classe que não contempla efetivamente um debate pedagógico para o desenvolvimento do processo educativo e, sim, torna-se uma instância de encontrar formas de atingir as metas previstas para a escola (BRANDÃO, RAMOS E CRUZ, 2018, p. 958).

Pontuamos, acima, as considerações de uma pesquisa realizada com professores que expressaram suas compreensões sobre o debate acerca das avaliações externas, onde, por vezes, busca-se atingir os melhores resultados nos índices, mas não se dá a importância necessária às condições que fazem parte desses resultados. Muitas escolas apresentam diversas dificuldades, sejam de

espaço físico, materiais inadequados, falta de professores e funcionários, no entanto, cobra-se que as metas desta avaliação precisam ser atingidas.

Ressaltamos, portanto, a importância da compreensão do real significado e função dessa reunião, sendo: “de debate, reflexão, troca de sugestões, orientações e encaminhamentos no sentido de possibilitar a redefinição do processo didático-pedagógico” (BRANDÃO, RAMOS E CRUZ, 2018, p. 956). Este é o trabalho a ser realizado com os professores e demais servidores da escola, buscando ampliar essa concepção aprendida com outro entendimento, com a visão de que a avaliação seja realizada em coletivo, modificando sua ação nesse processo pedagógico por meio do diálogo, da interação e do compartilhamento das experiências com seus pares, a fim de aprofundar o conhecimento sobre a aprendizagem e os aspectos relacionados nesse caminho.

Destacamos o papel do coordenador pedagógico quanto ao direcionamento de debate e estudo, de forma a redimensionar as possibilidades para alcançar os objetivos propostos nos Conselhos de Classe, mostrando o apoio e a preocupação que a equipe pedagógica tem com essa instância presente na organização escolar. Espera-se que, a partir das discussões com aprofundamento sobre o Conselho de Classe, possamos aproximar-nos mais dessa compreensão do processo de avaliação, que precisa ser contínua, direcionando suas ações pedagógicas à luz dos avanços na qualidade e encaminhamentos do ensino, bem como, segundo Lopes (2016, p. 31), “um redimensionamento da gestão pedagógica como espaço fortalecedor da autonomia e participação destes profissionais nos processos decisórios da escola”.

As reuniões de Conselho de Classe ainda são marcadas por momentos de julgamentos e expressões, e quando nos tornamos professores, podemos acabar por reproduzi-las em nossos alunos, refletindo momentos em que também fomos nomeados de tais expressões que nos qualificaram e atribuíram características negativamente, no entanto, que podem limitar a avaliação quanto professor e em relação ao seu aluno.

Essa atitude impacta diretamente no modo como o professor olha para seu aluno, podendo aproximar ou afastar de acordo com a “avaliação” que fez dele; portanto, é importante a atenção a esse aspecto que infelizmente ainda pode ser tão recorrente nas reuniões de Conselho de Classe, mas que, como formadores e educadores, precisa-se o cuidado com a forma com que se está avaliando seu

aluno, como ele está sendo tratado e acolhido em sua turma, de maneira que todos possam ter as mesmas oportunidades, sem discriminação de classe social, cor, raça ou religião, por exemplo. Em suma, “acolher o outro a partir de si significa, também, escutar os professores e incentivá-los a ir além da repetição de palavras que os qualificam desta ou daquela forma” (ENGERS E GOMES, 2007, p. 523).

Reforçamos que o coordenador pedagógico, por meio das formações continuadas dentro da escola, contribui para a valorização do professor, refletindo como ele se vê e no modo que conduz as suas avaliações, destacando, assim, a identidade que construiu ao longo de sua vida estudantil e profissional. Seguindo as palavras de Engers e Gomes (2007), podemos compreender a relevância que tem o Conselho de Classe na vida de todos os envolvidos neste processo educativo:

Os Conselhos de Classe são momentos importantes para que os professores compreendam a si a partir de suas falas e também da fala de seus pares, encontrando pontos de encontros e de desencontros, identificando-se como únicos e também como pertencentes a uma categoria que compartilha alegrias e tristezas, facilidades e limitações... desejos, vontades, paixões, conquistas (ENGERS e GOMES, 2007, p. 524).

Alguns professores buscam mostrar os avanços dos seus alunos e, quando o desempenho dos estudantes não foi alcançado com eficiência, de acordo com os objetivos a serem atingidos no bimestre, correm o risco de mencionar as dificuldades e características das respectivas famílias como justificativa do fracasso. Nesses momentos, ouvimos que o aluno não aprende por quê: a família não incentiva as tarefas que devem ser feitas em casa; o aluno não realiza a leitura de livros porque ninguém o acompanha; que os pais ou responsáveis não participam das reuniões que são promovidas pela escola, ponto importante para o acompanhamento da vida escolar de seu filho.

Sem dúvida, a participação da família, de forma presente e ativa nas atividades escolares, tem reflexo na aprendizagem dos alunos, que sentem o amparo e o apoio da família em sua caminhada na escola. No entanto, é importante pensar que esse não deve ser o único aspecto o qual a equipe pedagógica direcionará seu olhar aos resultados alcançados, reforçando, como mencionado anteriormente, que o sucesso ou fracasso escolar são responsabilidades de todos os envolvidos com a educação.

Buscar meios de aproximar as famílias da realidade escolar não é uma tarefa fácil, pois nos deparamos com diversas concepções de que a escola deve ensinar e educar, basta colocar o filho dentro da escola que sua responsabilidade já está sendo feita, no entanto, muitos estudiosos da educação e professores que estão envolvidos diretamente com o cotidiano escolar reforçam o quanto é importante a presença e o acompanhamento da família no ambiente escolar. Compreendemos que, com essa proximidade, toda caminhada escolar de aprendizagem e de avaliação torna-se mais eficaz para o aluno, a família e a escola, uma vez que, andando juntos, aproxima-se a compreensão dos objetivos, dificuldades, anseios e avanços de ambos, destacando o poder do diálogo e acolhida, elementos essenciais nas relações entre os professores, alunos e familiares.

2.2 Organização e planejamento nas Escolas Municipais de Cascavel

O Conselho de Classe é realizado em cada bimestre nas unidades escolares de acordo com o calendário escolar vigente para cada ano letivo. Portanto, são realizadas quatro reuniões pedagógicas de Conselho de Classe em que os coordenadores pedagógicos, juntamente com o diretor escolar, estarão organizando as pautas e os objetivos, de forma a elencar os assuntos mais relevantes apontados nos Pré-Conselhos realizados de cada turma e os acompanhamentos da equipe pedagógica durante o bimestre.

Destacamos, no Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel – Anos Iniciais (2008), quanto à importância da avaliação no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A avaliação é parte fundamental do processo ensino-aprendizagem. É o momento em que se verifica o nível de apropriação dos conteúdos pelo aluno, sendo o ponto de partida de acompanhamento e reorientação permanente da prática docente, como forma de comprovar se os resultados foram alcançados, a partir de objetivos previamente definidos. Durante o processo ensino-aprendizagem, a avaliação desenvolvida pelo professor orienta constantemente sua ação, é por meio dela que se verifica se o plano de aula está adequado e a metodologia utilizada garante a aprendizagem do conteúdo, sendo necessário considerar se todos os aspectos estruturais (físicos, humanos e pedagógicos) envolvidos no processo estão adequados para atingir os objetivos (CASCAVEL, 2008, p. 49).

Os professores acompanham o desenvolvimento de seus alunos durante todo o bimestre e, de acordo com as orientações recebidas pelos coordenadores pedagógicos, realizam as anotações necessárias para a avaliação de seus alunos, sendo contemplados nos registros de Pré-Conselho de cada turma. O coordenador pedagógico organiza um cronograma que antecede a reunião de Conselho de Classe para seus professores, a fim de reunir e registrar, em ata, os conteúdos desenvolvidos durante cada bimestre, os avanços e as dificuldades vivenciadas com seus alunos, com o objetivo de buscar metodologias e orientações pedagógicas que auxiliem nesse processo escolar, de acordo com cada turma.

Referindo-se ao foco da nossa pesquisa, que foram as reuniões pedagógicas de Conselho de Classe do ano de 2017, apresentam-se as datas de: 26/04, 30/06, 25/09 e 08/12, conforme mostra o calendário escolar (Anexo 3).

2.3 Pós-Conselho

O Pós-Conselho é realizado após o Conselho de Classe, tendo como base as necessidades e os encaminhamentos pontuados pela equipe pedagógica e o conjunto de professores, de forma que possa buscar a reorganização do trabalho pedagógico, articulando e mediando as decisões tomadas para melhor desenvolvimento das atividades pedagógicas. Também, faz parte desse processo o diálogo com os pais ou responsáveis dos alunos sobre o desenvolvimento e acompanhamento escolar de seu filho, bem como os possíveis encaminhamentos para seu melhor aproveitamento escolar.

O aspecto de interação entre a escola e a família também faz parte do Pós-Conselho e busca uma melhor organização do trabalho pedagógico, visando à aprendizagem dos alunos e os encaminhamentos que possam tornar esse caminho mais produtivo e eficiente para a educação como um todo, pensando nos benefícios para o aluno e todo grupo que desenvolve seu trabalho nesse local.

Para refletirmos, trazemos algumas indagações: o Conselho de Classe está sendo um espaço que promove as melhorias necessárias à aprendizagem dos alunos? Este colegiado está promovendo as análises necessárias para os encaminhamentos e reflexões das práticas pedagógicas ou apenas cumprindo um protocolo administrativo? O que fazer após o término do Conselho de Classe? As dificuldades do aluno também terminaram? Como foi a interação entre o professor e

aluno no processo de ensino e aprendizagem? Como estão sendo realizados os encaminhamentos nas práticas pedagógicas, que visem o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos e do trabalho pedagógico? Quais encaminhamentos o coordenador deve reorganizar para o próximo bimestre tendo em vista os resultados apresentados nas avaliações? Como está organizado o tempo para planejamento e aprofundamento das dificuldades de aprendizagem?

Para seguirmos ao encontro das respostas de nossas indagações, no próximo capítulo apresentamos aspectos dos registros das reuniões de Conselho de Classe, resultado de nossa pesquisa documental, descrevendo sobre os caminhos percorridos na pesquisa para a coleta de dados e a caracterização das escolas municipais selecionadas, contemplando também quanto à sistematização do *Corpus* dos dados, que embasou quanto a descrição dos documentos, pontuando as evidências das Unidades de Significado (US) e as Categorias de análises, que desvelam ao estudo a compreensão das ações da Coordenação Pedagógica.

3 OLHARES PARA OS REGISTROS DAS REUNIÕES DE CONSELHO DE CLASSE

3.1 Caminhos da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, investigativa do âmbito escolar, que pretende articular-se em duas etapas: na primeira etapa, foi realizado um levantamento e mapeamento das escolas. O município de Cascavel tem, atualmente, o total de 51 escolas no perímetro urbano e, para a pesquisa, as escolas foram sorteadas tendo como base o mapa das regiões do município de Cascavel (Anexo 1), o qual está dividido da seguinte forma: norte, leste, centro, centro norte, oeste, centro sul e sul.

Considerando 30% do total de escolas do município de Cascavel, realizaram-se pesquisas em 15 escolas, onde, para cada região, foram sorteadas duas escolas municipais, ficando somente uma com três escolas, sendo essa da região norte, devido ao maior número de escolas pertencentes a essa região. Para melhor organização, primeiramente, foram observados os nomes de todas as escolas como apresenta o mapa (Anexo 2), de acordo com cada região, e colocadas em uma tabela do Excel separadamente; em seguida, os nomes foram copiados e indicados no site para realização do sorteio. Realizamos o sorteio das escolas por meio de um site para sorteios, denominado Sorteador.com.br, e, após obtenção dos resultados, foram destacadas as escolas municipais sorteadas, conforme explicitado mais adiante.

Na segunda etapa, foram definidas as ações de coleta de dados de campo obtendo-se os registros formais das reuniões de Conselhos de Classe promovidas pela Coordenação Pedagógica, a partir de definições das situações encontradas na primeira etapa da pesquisa.

Embasando nossa pesquisa, trazemos dados em seus aspectos históricos e legais referente ao período dos anos de 2015, 2016 e 2017. As análises das atas das reuniões de Conselho de Classe são referentes ao período do ano letivo de 2017, sendo o mínimo de 60 atas, tendo como base 4 atas por instituição nas 15 escolas municipais, sorteadas aleatoriamente para realização da pesquisa.

Buscamos, nos registros das reuniões pedagógicas de Conselho de Classe, destacar a organização do trabalho pedagógico observando quanto à articulação, à

exposição, ao estudo e aos encaminhamentos realizados para melhor desenvolvimento pedagógico da instituição de ensino, apresentando o conhecimento sistematizado sobre a Coordenação Pedagógica no município de Cascavel. Verificou-se sua consolidação como órgão articulador do trabalho docente e também espaço de qualificação profissional continuada dos professores da escola, de forma a promover o debate de se constituir um espaço formativo dos professores a partir das experiências vivenciadas proporcionadas e permeadas pela Coordenação Pedagógica nas escolas.

O *corpus* dos dados obtidos foi analisado pela técnica de Análise de Conteúdo, fundamenta-se em Bardin (1977), quando apresenta a possibilidade de análise dos dados, predominantemente qualitativa, a partir da seleção, criação de unidades de significado para a pesquisa e posterior categorização dos dados. “A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 38). A descrição dos dados, obtidos por intermédio dos conteúdos destacados das análises dos registros das reuniões, promovidas pela Coordenação Pedagógica nas escolas da amostra, permite a constituição do *corpus* de informações que buscamos desvelar ao estudo, a compreensão da ação educativa da Coordenação Pedagógica que é fundamental para a qualificação do trabalho docente no âmbito da própria escola.

Para observação dos documentos, consideramos como roteiro: as datas que o Conselho de Classe havia planejado, conforme calendário escolar do referente ano; os principais assuntos discutidos que poderiam ter desdobramentos com apoio à formação continuada dos professores na escola; verificação de como a Coordenação Pedagógica acompanha e auxilia o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, assim como na interação entre todos os profissionais envolvidos com a educação; e a relação quanto à articulação e mediação realizadas pelo coordenador pedagógico com os professores, para os encaminhamentos das pautas das reuniões de Conselho de Classe e análise das práticas pedagógicas que estão sendo realizadas, de forma a objetivar as reorganizações dessas ações para o processo educativo.

Uma entrevista com os coordenadores pedagógicos, os diretores e os professores das escolas sorteadas poderiam ocorrer, caso houvesse necessidade de esclarecimentos a partir de situações encontradas nos registros dos documentos

da Coordenação Pedagógica, no que se refere aos encaminhamentos das decisões tomadas, porém essa medida não foi necessária.

A realização da pesquisa de campo, nas quinze escolas municipais de Cascavel, possibilitou a aproximação com a organização pedagógica e administrativa, suas respectivas estruturas físicas e os sujeitos de cada instituição.

O primeiro contato com as escolas foi realizado pela Secretaria de Educação, por meio do Departamento Pedagógico, com o envio de um e-mail no período dos dias 20 a 22 de março de 2019, pontuando sobre a aprovação do projeto da pesquisa. Para o contato direto do pesquisador com as escolas, uma planilha foi organizada com o nome de cada escola, endereço, telefone, nome do diretor e dos coordenadores e uma coluna para as datas e os horários a serem marcados para a realização da pesquisa de campo. Inicialmente, o contato com o diretor ou com o coordenador de cada instituição escolar foi realizado, com antecedência, por telefone. Foram explicados sobre os objetivos da pesquisa e, então, marcada a data sugerida pelo responsável, sem comprometer ou interferir nos dias de reuniões com os coordenadores pedagógicos elencados no informativo mensal, organizado pela Secretaria de Educação.

Para preparação da pesquisa, foi realizado um levantamento dos quadros funcionais de cada escola sorteada, destacando o número de alunos e o número de coordenadores de cada instituição escolar. Também foi organizado um caderno de bordo, onde foram feitas anotações sobre diversos aspectos observados e vivenciados nas escolas. Com o cronograma organizado, realizou-se a pesquisa documental durante todo o mês de maio deste ano de 2019.

Durante o período da pesquisa de campo, ocorreram diferentes experiências quanto à recepção da pesquisadora e do desenvolvimento da pesquisa nas escolas municipais sorteadas. Em grande parte das escolas, como já era de conhecimento da equipe pedagógica a realização na data e nos horários combinados, como mencionado anteriormente, a condução da pesquisa pôde ser realizada de modo tranquilo. A equipe pedagógica recepcionou a pesquisadora, recebeu uma cópia da autorização para realização da pesquisa emitida pela Secretaria de Educação, conforme anexo 4, e disponibilizou os livros de atas com os registros das reuniões de Conselho de Classe e um espaço na sala da Coordenação Pedagógica ou em sala de aula que não estivesse sendo utilizada, para serem coletados os dados

necessários para a pesquisa; posteriormente, também apresentaram o espaço físico e os demais profissionais da escola.

Houve situações, na minoria das escolas, em que nos deparamos com algumas dificuldades para a realização da pesquisa, onde o diretor e/ou o coordenador pedagógico se mostraram receosos em permitir que fossem disponibilizadas as atas de Conselho de Classe, realizando questionamentos sobre a necessidade de acesso às atas das reuniões, perguntando sobre o objetivo da pesquisa com estes dados, também destacando que as informações contidas nestes documentos não poderiam sair da instituição sem uma autorização expedida pela Secretaria de Educação.

Explicamos os objetivos da pesquisa e como foi realizado o sorteio das escolas, porém, mesmo diante da apresentação do documento de autorização assinado pela Secretaria de Educação, os responsáveis se mostraram preocupados em disponibilizar as atas das reuniões de Conselho de Classe. Compreendemos a importância destes registros e os cuidados com o armazenamento, bem como as orientações quanto ao documento ser autorizado para disponibilização via protocolo, como realizamos com nossa pesquisa.

Outro fator que se apresentou como preocupante em relato da diretora e coordenadora pedagógica em uma das escolas que a pesquisa foi realizada refere-se ao fato da equipe responsável, no ano de 2017, não ser a mesma atualmente, pois elas estariam entregando documentos de reuniões de Conselho de Classe realizadas por outra equipe pedagógica. Ademais, o fato de poder estar presente na ata o nome dos alunos. Houve, então, diversos questionamentos sobre a divulgação de dados. A partir da conversa e das explicações pontuais destacando sobre ser uma pesquisa científica, bem como a apresentação dos objetivos, foi permitida a realização da pesquisa em todas as escolas sorteadas inicialmente, sem necessidade de um novo sorteio.

Vale ressaltar que, após a coleta de dados, foi realizado um agradecimento pela acolhida, disponibilidade e atenção. Os diretores e os coordenadores, da maioria das escolas, mostraram-se receptivos caso fosse preciso retornar à escola, quando foi mencionada a possibilidade da realização de uma conversa e entrevista para complementação do desenvolvimento da pesquisa.

Podemos destacar que a pesquisa qualitativa possibilitou nos aproximar do contexto de cada escola, conhecendo melhor um pouco das suas realidades,

realizando observações e conversas informais com os profissionais, tendo a oportunidade de vivenciar uma parte do trabalho realizado cotidianamente pelos coordenadores pedagógicos.

3.2 Caracterização das escolas municipais

Atualmente, o Município de Cascavel, segundo o departamento de Divisão de Estatística, Documentação Escolar e SERE da Secretaria de Educação, atende um total de 30.524 alunos nas Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil e EJA⁷, sendo 19.330 pertencentes ao ensino fundamental e 11.194 alunos da educação infantil, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1 – Total de Unidades Escolares 2019

Unidades Escolares	Total
Escolas Urbanas	51
Centro EJA	1
Escolas de Distrito	6
Escolas Rurais	4
Cmeis	53
Ongs conveniadas ⁸	5

Fonte: <https://cascavel.atende.net>

De acordo com essa estatística, referente aos meses de junho e julho, o município atende 24.247 alunos nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e de jovens e adultos (EJA), nas escolas municipais, sendo desses, um total de 23.034 alunos na zona urbana a qual realizamos nossa pesquisa.

As escolas da zona urbana estão distribuídas por regiões da cidade pelo seguinte modo: norte, leste, centro, centro norte, oeste, centro sul e sul. Abaixo, segue uma tabela na qual organizamos os bairros de acordo com cada região da cidade, tendo como base o Mapa das regiões de Cascavel, citado anteriormente, para compreensão da distribuição das escolas municipais.

⁷ Educação de jovens e adultos

⁸ Organizações não governamentais conveniadas ao município de Cascavel, que realizam trabalho suplementar de educação, de forma que buscam “suprimir” a demanda da sociedade por mais ofertas de vagas nas escolas do município.

Tabela 2 – Bairros por regiões de Cascavel

BAIRROS				
REGIÃO NORTE:	INTERLAGOS		REGIÃO LESTE:	SÃO CRISTÓVÃO
	BRASMADEIRA		REGIÃO DO LAGO	
	FLORESTA		PACAEMBU	
	BRASÍLIA			
	PERIOLO		REGIÃO CENTRO NORTE:	CANADÁ
	MORUMBI		CANCELLI	
	CATARATAS		COUNTRY	
REGIÃO OESTE:	RECANTO TROPICAL		REGIÃO CENTRO SUL:	PIONEIROS CATARINENSE
	PARQUE VERDE			NEVA
	COQUEIRAL			PARQUE SÃO PAULO
	FAG			MARIA LUIZA
	ALTO ALEGRE			
	SANTA CRUZ		REGIÃO SUL:	GUARUJÁ
	ESMERALDA			14 DE NOVEMBRO
	SANTOS DUMONT			SANTA FELICIDADE
	UNIVERSITÁRIO			
REGIÃO CENTRAL:	CENTRO		CASCADEL VELHO	

Fonte: a autora

De acordo com o sorteio realizado e atingindo o objetivo de obter uma amostra de 30% das escolas municipais urbanas, 15 escolas foram pesquisadas e distribuídas nas 7 regiões do município de Cascavel. Dessa forma, tivemos aproximação de diferentes realidades, podendo destacar quanto ao número de alunos e espaço físico. As escolas onde realizamos nossa pesquisa documental são de porte pequeno, com média de 250 alunos; de porte médio, com 450 alunos; e de porte grande, com aproximadamente 800 alunos. Todas atendem em período matutino e vespertino; há, também, as que ofertam o período integral⁹, para turmas da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, sendo atendidas 07 escolas envolvidas na pesquisa.

Os quadros funcionais das escolas em que realizamos a pesquisa são compostos, de modo geral, por: diretor(a), coordenador(es) pedagógico(s), secretário(s), professores regentes de classe de educação infantil e ensino fundamental, professores auxiliares, professores de apoio pedagógico (PAP),

⁹ Educação em Tempo Integral (ETI), conforme mencionada no capítulo XV da Deliberação CME/CVEL Nº 003/2013.

professores de hora atividade e de reforço, agentes de apoio, monitores, merendeiras/cozinheiras, zeladores, instrutor de informática, monitor de biblioteca e vigia. O número de servidores de cada instituição diferencia-se conforme a necessidade e porte de cada escola. Podemos observar, nos quadros funcionais, disponibilizados no site da Secretaria de Educação mensalmente, que existem algumas vagas a serem preenchidas para diferentes cargos, onde cada instituição sinaliza e aguarda para que o profissional adequado seja enviado pela Secretaria de Educação mediante concurso público, processo seletivo simplificado de estágio e/ou transferência de unidade escolar.

A pesquisa de campo possibilitou conhecermos o espaço físico de cada escola após a coleta documental onde, na maioria, os coordenadores pedagógicos ou o diretor da escola, foi quem acompanhou e apresentou as salas de aula, cozinha, ginásio, pátio, refeitório, almoxarifados, lavanderia, banheiros, parque e demais espaços dispostos e organizados na escola, como sala de reforço, informática, sala de recursos multifuncionais, que realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE)¹⁰ e sala para realização da hora atividade do professor, o qual utiliza para planejar e preparar as aulas para seus alunos.

As escolas com uma estrutura de construção mais nova ou reformada recentemente oferecem espaços adaptados, como banheiros e elevadores, há também laboratórios de ciências, ginásio fechados, refeitório com mesas e bancos, salas de almoxarifado, brinquedoteca, auditório com capacidade para realizar reuniões e apresentações culturais, cozinhas mais amplas e melhor ventiladas, pátio coberto para os alunos brincarem e realizarem diversas atividades.

Algumas escolas aguardam uma reforma devido ao grande desgaste que a construção sofreu com o tempo de uso, ou então espaços que foram sendo adaptados para a atualização de salas de aula, o que, muitas vezes, resulta em uma dificuldade no desenvolvimento de algumas atividades pedagógicas, tendo em vista a segurança dos alunos e servidores.

Apresentamos, a seguir, sobre a sistematização do *Corpus dos dados*, onde descrevemos sobre os registros formais das reuniões pedagógicas de Conselho de

¹⁰ Atendimento aos alunos que passaram pelo processo de Avaliação em Contexto Escolar, em contraturno do horário normal de aula.

Classe, que dará sequência à análise dos encaminhamentos pedagógicos que possam constituir propostas de formação continuada para o corpo docente, de modo que estabeleçam referências para estudo do fenômeno pesquisado.

3.3 Sistematização do *Corpus dos dados*

3.3.1 Descrição dos documentos

Os registros formais das reuniões pedagógicas ordinárias de Conselho de Classe, coletadas e analisadas referente ao ano de 2017, apresentam-se em formato de ata, páginas numeradas, bem como as linhas, margens com bordas, formato da letra, tamanho e espaçamento, buscando seguir as normas elencadas no artigo 1º referente à portaria nº 043/2017 – GAB, que estabelece normas para elaboração e registro de atas digitadas e impressas em todas as instituições educacionais públicas do município de Cascavel.

Em todas as atas constam a identificação do nome da escola correspondente, sendo digitada pelo secretário da escola e assinada pelos participantes da reunião. Destacamos que houve diferenças entre as escolas, pois algumas não apresentaram a indicação dos nomes completos dos professores e servidores da escola e seus segmentos correspondentes ao final da ata, como indica a portaria citada, ficando dispostas apenas linhas para que os servidores fizessem o registro para as assinaturas.

Apenas em uma escola observou-se que a ata da reunião de Conselho de Classe foi lavrada pela coordenadora pedagógica, pois, conforme informado pelos coordenadores, este é um trabalho realizado pelo secretário das escolas, sendo uma de suas funções, que também é responsável por organizá-las e arquivá-las em local seguro e próprio dentro da secretaria das escolas.

Para manter a ética de pesquisa e não expor o nome das escolas sorteadas e pesquisadas, já que esse não é o objetivo, cada escola recebeu uma nomenclatura de pedras. A escolha de nomes de pedras para nomear as escolas envolvidas na pesquisa tem sua essência em destacar que cada escola é um material com valor precioso, que tem suas potencialidades ímpares, é resistente e forte diante das dificuldades que surgirem com cada situação, possui grande quantidade de energia em seu interior que é emanada aos que estiverem a sua volta, e, assim como as pedras, podemos redirecionar e realinhar as suas energias para a finalidade que

desejarmos. É importante destacar que o nome de cada pedra foi escolhido sem a finalidade de associar seu significado em específico para cada uma, conforme pontuado pelos estudiosos da área, apenas para mantermos o sigilo e a organização da pesquisa.

De acordo com os aspectos apontados na elaboração das atas, as organizamos em três grupos após leitura e análise em consonância com a realidade apresentada nos registros. Os grupos das escolas foram nominados de “Explicativas”, “Medianas” e “Sucintas”, buscando organizar e apresentar as características comuns evidenciadas nas atas. A seguir, organização dos grupos:

- Grupo1: Explicativas

Nesse grupo, as escolas nomeadas para pesquisa como “Esmeralda”, “Ametista”, “Turmalina”, “Pérola” e “Rubi” realizaram os registros das suas atas de forma mais detalhada, na maioria, uma para cada período (matutino e vespertino), pontuando as mensagens e reflexões no início, citando os nomes de todos os professores e servidores, bem como quem estava ausente e a respectiva justificativa. No início das atas, como uma forma pedagógica de organizar os trabalhos planejados a serem desenvolvidos, as escolas “Ametista”, “Turmalina” e “Pérola” apresentaram as pautas para a reunião de Conselho de Classe.

No decorrer das atas, foram descritas a participação dos presentes e seus nomes, contribuindo para as decisões dos assuntos administrativos e pedagógicos da escola, sendo evidenciados de forma contínua com suas falas nos registros das atas, facilitando a compreensão de como foram resolvidos determinados problemas para melhoras na escola e no seu funcionamento. Um aspecto evidenciado, em ata, pelas escolas “Ametista” e “Pérola” aborda a explicação e avaliação referente à reunião de Conselho de Classe realizada pela equipe pedagógica, a fim de dialogar sobre a finalidade e as atividades desenvolvidas nessa reunião.

Nas reuniões de Conselho de Classe, foram realizados estudos de textos e aprofundamento com a equipe de acordo com a necessidade destacada no bimestre. Nos registros da escola “Rubi”, notamos que foram indicadas citações do Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, houve a partilha da participação dos professores e dos servidores em cursos e palestras ofertados pela

Secretaria de Educação, disponibilizando materiais e compartilhando a experiência e conhecimento com toda a equipe.

A escola “Pérola” registrou na Ata que disponibilizou os materiais pedagógicos em rede compartilhada no computador da escola para todos terem acesso de forma organizada. Os registros também mostraram o convite aos palestrantes externos para participarem no dia da reunião de Conselho de Classe, trazendo um assunto importante a ser aprofundado e discutido na escola, sendo apresentado, nas atas, os pontos relevantes da palestra.

Durante a condução das atividades, os coordenadores pontuaram sobre o desenvolvimento de ensino e aprendizagem das turmas de acordo com o pré-conselho realizado anteriormente, juntamente com os relatos dos professores regentes de cada uma, destacando o nome das turmas e os alunos com dificuldades durante o bimestre que necessitaram de encaminhamentos para o reforço escolar ou para outros profissionais que pudessem auxiliar com acompanhamento do aluno.

Podemos pontuar também que, na escola “Turmalina”, foram descritos, em ata, as análises referentes às retenções e aprovações estudadas e dialogadas em consonância com todos os professores. Apenas a escola “Rubi” não especificou as turmas separadamente nem o nome dos alunos, apontando uma análise mais geral. Nessa escola, destacamos que a coordenadora assinou como lavradora da ata, e, quando questionada sobre isso, afirmou que o secretário faz as anotações gerais, mas ela sempre revisa e acrescenta as pautas de modo mais detalhado, argumentando como foram pontuados e discutidos na reunião, a fim de ser o mais fiel possível sobre o que ocorreu naquele dia.

Os coordenadores pedagógicos apresentaram encaminhamentos e sugestões de atividades para as turmas, mencionando os conteúdos a serem mais trabalhados nos próximos bimestres, tendo em vista uma melhor condução das atividades pedagógicas, bem como uma avaliação com resultados e avanços de cada turma, aluno e, também, do trabalho pedagógico desenvolvido. Essas escolas também realizaram análise entre os bimestres, relacionando os conteúdos, as dificuldades e os encaminhamentos realizados para serem feitos no Pós-Conselho.

Ao final do semestre, orientaram quanto às organizações dos materiais, dos documentos e do espaço da sala de aula para finalização do semestre e início das férias escolares. Podemos destacar que, em todas estas escolas, é pontuado nas

atas quando a equipe pedagógica parabenizou a todos pelo bom trabalho desenvolvido no período.

No geral, as atas de cada bimestre do grupo “Explicativas” têm de 8 a 12 páginas, destacamos a escola “Turmalina” que é a mais extensa das “Explicativas”, com maiores descrições detalhadas dos fatos, apresentando 20 páginas cada ata, contemplando as duas atas do dia, uma para o período da manhã e outra para o da tarde.

Desse modo, visualizamos pelo explícito e implícito, nas atas desse grupo, que a ênfase da equipe pedagógica está na materialização de um Conselho de Classe que busca debater, refletir e por meio do diálogo e estudos, alcançar os objetivos propostos para melhor organização pedagógica na escola.

- Grupo 2: Medianas

Do grupo “Medianas” fazem parte as escolas nomeadas como: “Cianita”, “Topázio”, “Jaspe”, “Diamante”, “Âmbar” e “Selenita” que registraram suas atas de maneira um pouco mais reduzida, porém sem deixar de pontuar os acontecimentos e as decisões das reuniões pedagógicas de Conselho de Classe. Também, a maioria, foram organizadas em duas atas, uma para o período da manhã e outra para o da tarde, para cada bimestre, ou especificando essa organização no corpo do texto. A maioria citou os nomes de todos da equipe, incluso os dos ausentes. A participação e as contribuições dos professores e servidores foram apresentadas, buscando melhores direcionamentos para as atividades na escola, contribuindo para as decisões dos assuntos administrativos e pedagógicos.

Os registros também apresentam mensagens e reflexões, assim como os estudos de textos que foram realizados para aprofundamentos de assuntos relacionados às necessidades elencadas em cada bimestre. Apenas a escola “Topázio” não pontuou sobre a realização desses estudos. As escolas “Diamante” e “Âmbar” realizaram o estudo com um palestrante externo, trazendo um assunto a ser aprofundado e discutido na escola para a reunião de Conselho de Classe.

Os coordenadores abordaram, ainda, sobre o desenvolvimento das turmas de uma forma mais geral, de acordo com o Pré-Conselho realizado anteriormente com os professores regentes e os demais professores responsáveis pelas disciplinas de hora-atividade, não havendo o destaque dos nomes das turmas as quais as

dificuldades pertenciam. Podemos citar que as escolas “Jaspe”, “Âmbar” e “Topázio” pontuaram e registraram sobre a análise entre os bimestres, onde relacionaram os conteúdos, dificuldades e os encaminhamentos. A escola “Cianita” iniciou, após diálogo e consonância com toda a equipe a partir do segundo bimestre, a apresentação do desempenho pedagógico de cada série, seus avanços, dificuldades e possíveis encaminhamentos que antes não eram realizados na reunião de Conselho de Classe.

No geral, apresentaram uma análise do desenvolvimento dos alunos de acordo com os conteúdos para cada bimestre e os encaminhamentos necessários realizados e ainda por serem feitos no Pós-Conselho. Os nomes dos alunos são apresentados apenas no registro da ata do último bimestre para análise de retenção ou aprovação por conselho com as contribuições de todos os professores.

Ao final do semestre, algumas escolas relataram, em ata, quanto às organizações dos materiais, dos documentos e do espaço da sala de aula, para finalização do semestre e início das férias escolares, a equipe pedagógica também destacou e parabenizou os professores e demais servidores pelo bom trabalho desenvolvido no período.

Quanto ao número de páginas, as atas de cada bimestre desse grupo, “Medianas”, têm, em média, de 4 a 8 páginas cada, contemplando as duas atas do dia, uma para o período da manhã e outra para o período da tarde, ou apenas uma ata para o dia todo.

Nessa direção, a partir da leitura e análise das atas desse grupo de escolas, podemos inferir que também buscam atingir objetivos das reuniões de Conselho de Classe, com a finalidade de avaliação e do aperfeiçoamento da prática pedagógica, porém se apresentaram de forma menos detalhada.

- Grupo 3: Sucintas

De acordo com as análises das atas, classificou-se como grupo “Sucintas” as escolas nominadas como: “Cristal”, “Fluorita”, “Hematita” e “Citrino”, onde se apresentaram mais resumidas e breves e, portanto, bem menores que as dos outros grupos. Nesses registros, percebemos a ausência das contribuições dos presentes, citando de maneira generalizada as decisões tomadas ou apenas apresentando a decisão.

No geral, apresentaram uma análise do desenvolvimento dos alunos no bimestre de modo sucinto e sem discriminações dos conteúdos e/ou das disciplinas. Algumas escolas não pontuaram em seus registros os encaminhamentos para melhoras e avanços nos bimestres seguintes, mas citaram os informes administrativos e pedagógicos das reuniões a serem compartilhadas com os professores e os demais servidores. Destacamos que a escola “Hematita” não tinha, em seu livro ata, o registro da reunião de Conselho de Classe referente ao terceiro bimestre, dificultando a compreensão da sequência dos encaminhamentos realizados, no entanto, de acordo com o secretário, a reunião foi realizada, porém ele não tinha conhecimento do local onde estaria o registro.

Em relação às análises do desenvolvimento do trabalho pedagógico desenvolvido entre os bimestres, esses não são apresentados de forma explícita nos registros das atas, mesmo que, possivelmente, possam ter ocorrido, dificultando essa compreensão. Referente às análises para retenções e aprovações dos alunos com dificuldades de acompanhamento e aprendizagem dos conteúdos, a escola “Citrino” fez o registro em ata.

Os registros apresentam os estudos de textos que foram realizados para aprofundamentos de assuntos indicados ou necessários em cada bimestre. A escola “Cristal” realizou estudo com palestrante externo, buscando discutir e aprofundar sobre assunto necessário para o Conselho de Classe.

A maioria das escolas lavrou uma ata para todo o dia, sem separá-las por períodos (manhã e tarde) ou identificar no corpo do texto, dificultando a compreensão do que foi desenvolvido em cada parte desse dia. Percebemos a falta da relação dos presentes e ausentes no dia do Conselho de Classe, onde algumas atas apresentam, apenas ao final, um espaço para assinatura dos participantes após a leitura e aprovação do documento.

Quanto ao número de páginas, a ata de cada bimestre do grupo “Sucintas” tem, em média, de 2 a 6 páginas, contemplando as duas atas do dia, uma para o período da manhã e outra para a tarde ou apenas uma ata redigida para o dia todo.

Assim, vislumbramos, de modo geral, as escolas desse grupo também atingiram alguns objetivos da reunião de Conselho de Classe, no entanto, as informações não contemplam de maneira mais abrangente as análises realizadas neste momento de processo de avaliação e reorganização escolar.

3.3.2 Síntese da descrição dos documentos

Podemos destacar um aspecto comum evidenciado na maioria das atas: a busca por apresentar os resultados e as análises do processo de ensino e aprendizagem dos alunos, destacando o trabalho pedagógico realizado e quais encaminhamentos que ainda são necessários para que se possa concluir uma avaliação do todo como escola. Também, a busca por evidenciar que os objetivos da reunião de Conselho de Classe estão sendo contemplados, apresentando dados e estudos relacionados ao tema ou dificuldade encontrada durante o bimestre, de acordo com o acompanhamento realizado pelo coordenador em sala de aula e pelos professores que avaliam seus alunos em cada disciplina.

As reuniões, na maioria, são iniciadas apresentando uma mensagem, música, oração e/ou dinâmica que trazem uma reflexão do que se pretende evidenciar, relacionando questões do trabalho em equipe, união, comprometimento com o trabalho pedagógico e com o colega para um bem comum. Destaca também as dificuldades vivenciadas com os alunos e as famílias, de modo que se desenvolva sempre o diálogo e os avanços na aprendizagem, fomentando um espaço de partilha e reflexão, que também pode contribuir para uma melhor acolhida e aproximação de todo o grupo.

As atas apresentam, de forma geral, a participação e a contribuição dos professores para a resolução de problemas, sugestões de encaminhamentos pedagógicos e nas decisões também administrativas definidas com toda a equipe de uma forma mais democrática. Referimo-nos a algumas situações de decisões administrativas e pedagógicas que não ficaram explícitas quanto à forma com que foram decididas, já que foram relatados nas atas apenas o resultado e não a participação do grupo para tal.

Observamos que cada escola organizou seus registros de maneiras diferenciadas no modo de elencar os assuntos da pauta mais relevantes a serem destacados, sendo umas mais extensas, explicativas com maiores detalhes do andamento da reunião e outras mais sucintas, explanando menos sobre os assuntos e as definições ocorridas. Destacamos que não há um documento oficial, como decreto ou portaria municipal, que oriente os itens que devem constar na ata específica para as reuniões pedagógicas de Conselho de Classe e outras como Atividade Pedagógica. Assim, fica a critério de cada escola registrar o que

compreende ser mais relevante de acordo com os objetivos da reunião pedagógica e as orientações repassadas nos assessoramentos pedagógicos, desenvolvidos por coordenadores pedagógicos municipais. No entanto, observamos que, de acordo com quem as lavra, também pode haver diferença na análise do que é importante constar, bem como a utilização de termos mais administrativos ou pedagógicos.

A seguir, apresentaremos as evidências das Unidades de Significado (US), as quais destacamos nas análises dos registros das reuniões pedagógicas de Conselho de Classe, nas escolas em que realizamos nossa pesquisa. Essas Unidades de Significado representam as evidências destacadas pela pesquisadora nos registros das atas. São ideias que convergem para sentidos similares que podem, portanto, ao olhar da pesquisa, enfeixarem-se de modo a produzir significados para a pesquisa.

3.3.3 Evidência das Unidades de Significado (US)

Podemos pontuar, inicialmente, com as análises das atas, que uma das Unidades de Significado evidenciada é o comprometimento, relacionado ao processo de aprendizagem dos alunos por meio dos encaminhamentos pedagógicos, onde são pontuadas sugestões de atividades de acordo com a necessidade e dificuldade da turma ou de um grupo de alunos que apresentem defasagem na aprendizagem.

Também, podemos destacar quanto à avaliação, correlato à aprendizagem dos alunos e do trabalho pedagógico que está sendo realizado, com o objetivo de uma reorganização desenvolvida por meio do diálogo e da participação dos professores e da equipe pedagógica. Referente às reuniões de Conselho de Classe, é evidente a relação dos conteúdos a serem desenvolvidos em cada bimestre e o acompanhamento da aprendizagem dos alunos, as dificuldades e os avanços de cada turma.

Outra evidência refere-se à partilha, destacando o compartilhamento das experiências vivenciadas por alguns professores, coordenadores e diretores, que podem auxiliar na dificuldade do outro, com objetivo de oportunizar o crescimento pedagógico do grupo. Destaca-se, também, quanto à partilha das formações continuadas em que professores e demais servidores participaram e dividiram com

seus colegas de profissão o que compreenderam, contribuindo para melhora da qualidade nas metodologias das atividades pedagógicas.

O aspecto organização também foi evidenciado quanto à apresentação das pautas da reunião de Conselho de Classe, pontuando sobre os assuntos importantes a serem desenvolvidos no decorrer dela, bem como a organização de atividades pedagógicas, como apresentações dos alunos e reuniões com os pais e responsáveis. Os cronogramas de atividades pedagógicas é outro item que engloba esse aspecto da organização, destacada como uma Unidade de Significado.

Quando apresentadas, nas atas, as definições de determinados assuntos por meio de diálogo com todo o grupo e votação sobre um assunto mencionado, isso foi evidenciado como a Unidade de Significado das decisões democráticas. Destacamos sua relevância quanto às pessoas participarem, de forma democrática¹¹, das deliberações e medidas a serem tomadas em todo âmbito do ambiente escolar, onde são ouvidas as opiniões dos demais e não somente impostas regras e caminhos a serem seguidos. Outro aspecto relacionado a essa Unidade de Significado é o assunto em relação à aprovação ou reprovação dos alunos, sendo isso exposto ao grupo, para análises e decisões da condução da avaliação dos alunos destacados.

A comunicação de reuniões externas é destacada como aspecto significativo aos relatos e aos comunicados das reuniões com a Secretaria de Educação ou outros órgãos comprometidos com a educação, a fim de que as informações sejam compartilhadas com todos os profissionais da educação, orientando sobre os assuntos relevantes e fundamentais à responsabilidade com a educação.

Como essencial ao desenvolvimento do trabalho pedagógico, a orientação pedagógica, para a condução das atividades, é revelada por meio das análises das atas, de forma que o coordenador pedagógico e/ou diretor pontuem direcionamentos visando ao progresso do processo de ensino e aprendizagem dos alunos, bem como

¹¹ É sabido que as instituições de ensino devem pautar seu trabalho fundamentadas na concepção de Gestão Democrática como determinado na Lei nº 9.394/1996 em seu Artigo 14 que diz: "Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

a realização do trabalho de todos, destacando o amadurecimento e melhor conhecimento das funções que cada um deve exercer na escola, refletindo na educação.

O início das reuniões de Conselho de Classe, apresentadas por meio dos seus registros formais, destaca quanto à acolhida e reflexão para todos os profissionais da educação e servidores, proporcionando um momento para pensarem sobre a importância em estarem exercendo suas funções, o valor da vida e tratando de situações evidenciadas na vivência diária com toda a comunidade escolar.

A Unidade de Significado aqui destacada como ponto imprescindível ao desenvolvimento do trabalho pedagógico refere-se ao aprofundamento e estudos pedagógicos, em que são evidenciadas as análises, os estudos e as reflexões sobre os textos, artigos, leis, palestras e outros meios relacionados à formação continuada, essencial para a caminhada de todos que se dedicam à educação.

3.3.4 Categorias de Análise

Diante das análises dos registros formais das reuniões de Conselho de Classe e nossa pergunta norteadora, buscamos responder sobre a repercussão das práticas rotineiras de reuniões pedagógicas na qualificação docente e na organização dos trabalhos pedagógicos para aprofundamento e análise realizadas nas reuniões pedagógicas, de forma a trazer a compreensão do fenômeno pesquisado e estudado.

Desse modo, após a leitura, releitura e análise desse importante documento no acompanhamento da aprendizagem dos alunos, bem como do desenvolvimento do trabalho pedagógico, que nos aproximou do ambiente e da realidade escolar no momento da coleta desses dados, evidenciamos as categorias de análise obtidas a partir do agrupamento das Unidades de Significado, por meio da análise ideográfica para uma análise nomotética¹².

No quadro a seguir, apresentamos a constituição das categorias nomeadas de compromisso, responsabilidade e diálogo.

¹² Segundo explicitado por Bastos (2017), “a análise nomotética configura-se como uma passagem das ideias individuais dos sujeitos para o entendimento geral sobre o que se pesquisa, isto é, uma síntese integrativa” (BASTOS, 2017, p.447).

Tabela 3 – Categorias de Análise

UNIDADES DE SIGNIFICADO (US)	CATEGORIAS DE ANÁLISE	ESCOLAS
Comprometimento	Compromisso	Rubi, Turmalina, Esmeralda, Pérola, Ametista, Topázio, Âmbar, Selenita, Hematita, Citrino, Diamante, Cianita, Jaspe.
Avaliação		Rubi, Citrino, Diamante, Hematita, Selenita, Âmbar, Cristal, Fluorita, Turmalina, Esmeralda, Pérola, Ametista, Topázio, Cianita, Jaspe.
Decisões Democráticas		Rubi, Citrino, Turmalina, Cianita, Esmeralda, Ametista, Topázio, Diamante, Hematita, Selenita, Pérola, Âmbar, Fluorita, Jaspe.
Organização	Responsabilidade	Topázio, Pérola, Esmeralda, Turmalina, Selenita, Ametista, Citrino, Diamante, Âmbar, Cianita, Hematita, Rubi, Fluorita, Cristal, Jaspe.
Comunicação de reuniões externas		Rubi, Citrino, Âmbar, Pérola, Ametista, Topázio, Fluorita, Turmalina, Diamante, Hematita, Jaspe, Selenita, Esmeralda, Cristal, Cianita.
Orientação Pedagógica		Rubi, Topázio, Cianita, Jaspe, Citrino, Diamante, Hematita, Selenita, Âmbar, Turmalina, Esmeralda, Pérola, Fluorita, Cristal, Ametista.
Acolhida e reflexão	Diálogo	Rubi, Diamante, Selenita, Turmalina, Pérola, Topázio, Cianita, Ametista, Âmbar, Citrino, Hematita, Fluorita, Esmeralda, Jaspe, Cristal.
Partilha		Rubi, Citrino, Pérola, Ametista, Esmeralda, Topázio, Selenita, Hematita, Cristal, Fluorita, Turmalina, Diamante, Jaspe.
Aprofundamento e Estudos Pedagógicos		Fluorita, Rubi, Turmalina, Esmeralda, Cianita, Jaspe, Citrino, Diamante, Hematita, Cristal, Pérola, Ametista, Âmbar, Selenita.

Fonte: A autora

Compreendemos que a categoria compromisso contempla o comprometimento, a avaliação e as decisões democráticas, pois estão diretamente relacionadas aos aspectos das avaliações de aprendizagem dos alunos, bem como as metodologias para melhor desenvolvimento pedagógico.

Iniciamos evidenciando o comprometimento que, muitas vezes, fora revelado conjuntamente a avaliação bimestral dos alunos, onde a Coordenação Pedagógica apresentou sugestões de atividades de acordo com as dificuldades pontuadas por cada turma ou ano escolar, a partir do Pré-Conselho, onde os professores já expuseram sobre o desenvolvimento das aulas, acompanhamento dos conteúdos de cada bimestre e, também, pelo assessoramento realizado pelo coordenador pedagógico, quando conseguiu estar mais presente em sala de aula e durante as atividades realizadas na escola.

Podemos destacar que o comprometimento esteve presente em todos os bimestres nas atas, no entanto diferenciando-se nos grupos das escolas, conforme apresentado nos registros após leitura e análise em consonância com a realidade de cada uma. O grupo 1 das escolas, denominado “Explicativas”, o fizeram nos quatro bimestres, porém esse aspecto não se mostrou da mesma forma nos demais grupos, manifestando-se, em média, na metade das escolas pertencentes aos grupos 2 e 3.

As avaliações são destaque nas análises dos dados coletados, visto sua importância nas reuniões de Conselho de Classe. Essas são realizadas de forma contínua durante cada bimestre e apresentadas pelos professores para que sejam analisados os avanços e as dificuldades dos alunos e do trabalho pedagógico realizado em toda a escola. As sugestões de atividades, de acordo com as dificuldades evidenciadas por meio das avaliações bimestrais de cada aluno, são relacionadas pelos coordenadores pedagógicos, para que os professores discutam e as desenvolvam no decorrer do próximo bimestre. Esses encaminhamentos pedagógicos têm por objetivo os avanços na qualidade do ensino e da aprendizagem e espera-se o seu acompanhamento no pós-conselho.

Além disso, se evidenciou encaminhamentos à avaliação em contexto e reforço aos alunos que precisaram de acompanhamento de outros profissionais para melhoria da aprendizagem e, ainda, reuniões com as famílias que, por vezes, necessitaram estar mais presentes na vida escolar de seus filhos, realizando o pós-conselho.

Os alunos que frequentam o reforço escolar e a sala de recursos multifuncionais foram destacados nas atas, em algumas, apenas como um dado numérico, onde não apresentaram em seus registros das atas os meios para recuperação dos alunos, deixando este importante dado sem aprofundamento e, portanto, não atingindo o objetivo do Conselho de Classe em registrar os encaminhamentos a serem realizados. Em outras, trouxeram uma descrição detalhada do desenvolvimento desses alunos, os acompanhamentos já realizados e as análises das metodologias a serem trabalhadas para melhoria de seus aprendizados. Ao final do quarto bimestre, foram registrados os alunos aprovados e reprovados por conselho, em sua maioria, pelo nome e turma a que pertenciam, com as justificativas das análises junto à equipe para tal decisão, sendo apresentados, em alguns registros, o que foi avaliado no Pré-Conselho.

Outro aspecto destacado, nas atas, foi a participação dos professores com sugestões de encaminhamentos para as necessidades apontadas nesse momento de exposição da avaliação das turmas, contribuindo para o desenvolvimento pedagógico de todos, diferenciando-se da partilha, pois não houve uma experiência, mas uma proposta de nova atividade para dada situação.

Como aspecto principal destacado no Conselho de Classe, a avaliação esteve presente em todas as atas nos quatro bimestres, sendo apresentada de formas diferentes, umas mais aprofundadas e outras superficiais, como iremos descrever. Evidenciamos a importância que a avaliação, conforme discutido nas reuniões, tem para o processo de ensino e aprendizagem, bem como para o redimensionamento do trabalho pedagógico, ressaltando o quanto são válidos os registros que trouxeram os aspectos relevantes apontados em cada bimestre. Dessa forma, quem realiza a leitura das atas compreende a realidade e situação que se encontra em cada turma, situações estas documentadas em uma reunião pedagógica, cujo objetivo é avaliar o trabalho escolar, possibilitando buscar estratégias e metodologias que auxiliem em todo o processo.

Nas análises dos registros nas quais as avaliações foram percorridas de maneira mais descritiva, por vezes até bem extensas, destacaram vários aspectos pedagógicos apresentados nos Pré-Conselhos e relacionados aos conteúdos trabalhados de cada disciplina por bimestre, e como os alunos estão apropriando-os. As dificuldades também foram expostas pelos coordenadores pedagógicos, pelos diretores e pelos professores regentes de cada turma, que relataram sobre os

avanços alcançados com seus alunos e os problemas que precisaram ser resolvidos por meio de redimensionamento do trabalho pedagógico e de metodologias de acordo com as situações de cada turma.

Fez-se menção aos alunos que realizam suas atividades escolares com auxílio de um profissional, e os alunos que, constantemente, necessitaram da mediação do professor regente para compreensão dos conteúdos e desenvolvimento das atividades. Os professores e coordenadores pedagógicos pontuaram a avaliação de seus progressos e necessidades que precisaram ser trabalhadas para o alcance de um resultado mais satisfatório ao final de cada bimestre, com o objetivo de no término do ano letivo ter melhores resultados na aprendizagem de todos.

Nesse modo como as atas foram registradas, pudemos ter uma visão do desenvolvimento de cada turma e ano escolar com mais aprofundamento, pois foram pontuados, de forma mais descritiva, os aspectos que professores e equipe pedagógica avaliaram ser mais relevantes para os avanços necessários dos alunos em cada bimestre do ano letivo.

Como mencionado anteriormente, os registros das atas apresentaram-se de modos distintos e, em diversas atas, a avaliação deu-se por meio da porcentagem do total de alunos por turma e os alunos com dificuldades em cada uma, foram expostos poucos aspectos do desenvolvimento das turmas, ou apenas os números apresentados em tabelas, sendo, portanto, de maneira mais generalizada. Outros registros apontaram que foram repassados os levantamentos dos alunos com dificuldades, sendo discutidos os resultados, sem apresentar mais sobre esses dados.

Mencionamos que, em geral, as atas apresentam sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos, porém poucas trouxeram o comprometimento como mencionado, relacionado a possíveis encaminhamentos e sugestões de atividades, de acordo com as dificuldades e problemas destacados no momento da avaliação.

É importante destacar que a avaliação do trabalho pedagógico também esteve registrada em algumas atas, nas quais o diretor e o coordenador pedagógico levantaram questões relacionadas ao trabalho realizado durante o bimestre, oportunizando aos professores e servidores a exposição de suas opiniões e melhoras onde fosse necessário, destacando pontos positivos e negativos que necessitam de articulação e diálogo, almejando mais eficiência e união no trabalho

em equipe. Por vezes, uma coordenadora pedagógica municipal esteve presente nas escolas para realização da avaliação anual do diretor ou coordenador pedagógico com os professores e servidores da instituição.

Pontuamos, também, nessa categoria, as decisões democráticas, que além de pautar sobre as diversas situações em que todos os professores e servidores da instituição de ensino tiveram espaço para participar e auxiliar nas decisões do cotidiano escolar, destacamos sua importância associada ao momento de avaliar sobre a aprovação ou reprovação dos alunos, analisada e decidida por diferentes análises deste contexto.

Destacamos, nas análises das atas referente às decisões democráticas, tomadas de modo igualitário com o grupo de professores e servidores, onde diversos assuntos foram explanados e todos puderam expor suas opiniões e, assim, terem um consenso sobre determinado assunto. Dentre os assuntos discutidos, a organização de atividades pedagógicas foi bastante debatida, como cronogramas de hora atividade, biblioteca, entre outros, para o melhor desenvolvimento do trabalho, de forma que os envolvidos puderam fazer suas contribuições e, assim, haver uma reflexão para resolução de tal questão.

Atividades culturais que envolvem as famílias, como: Dia das Mães, Festa Junina, Festa da Família, Feira de Ciências e Noite Cultural, também foram pautas de discussões para decidir as estratégias e a organização, possibilitando um melhor planejamento e participação de todos. As reuniões para entrega de avaliações e assembleias gerais foi outro quesito discutido entre alguns grupos, bem como quanto à aprovação ou reprovação de alunos no quarto bimestre que apresentaram dificuldades de assimilação dos conteúdos e muitas faltas nas aulas durante o ano letivo. Em geral, os coordenadores pedagógicos pontuavam as situações que envolviam a questão de aprovação ou reprovação dos alunos, citando o nome e a turma do aluno. Em seguida, os professores davam suas contribuições quanto ao acompanhamento do aprendizado desses alunos citados e pontuavam os prós e os contras de uma reprovação. Pudemos visualizar que, no decorrer dos quatro bimestres, apenas a metade do total de escolas pesquisadas teve em seus registros essas decisões democráticas com a equipe.

Destacamos, portanto, o compromisso com: a educação, o aluno, as famílias, a comunidade, a aprendizagem, o modo como está exercendo a profissão docente, as escolhas e os resultados das ações durante todo o ano letivo.

A responsabilidade está presente na vida de todos, independente do lugar ocupado, esse é um quesito a ser trabalhado, pois, a todo momento, estamos realizando uma ação que terá reflexo no futuro e no outro que está conosco. Nessa categoria, destacamos a organização, a comunicação de reuniões externas e as orientações pedagógicas, as quais refletem a responsabilidade com o que está colocando em prática.

Na escola, essa palavra tem um significado de seriedade com a organização do trabalho pedagógico para o bom andamento das atividades, pontuando todos os aspectos a serem estabelecidos para que a escola funcione efetivamente, visto que está diretamente ligada ao modo que o trabalho do coordenador pedagógico está desenvolvendo e como está conduzindo o grupo na realização das atividades pedagógicas, desde a organização dos documentos, dos espaços escolares, dos cronogramas, das datas das reuniões com a comunidade, envolvendo também o planejamento pedagógico, o qual norteia o caminho que a escola deverá percorrer, durante todo o ano letivo.

Durante os estudos das atas das reuniões de Conselho de Classe, acompanhamos registros de escolas que já iniciavam a reunião com a pauta a ser trabalhada durante todo o dia, no entanto nem todas tinham o mesmo cuidado. A nosso ver, esse é um dado importante, pois, ao iniciar a reunião, todos já tinham ciência do que estava organizado para ser desenvolvido durante o dia, ficando mais evidentes essas informações para o acompanhamento da leitura das atas.

Destacamos que o aspecto organização foi encontrado nos momentos em que eram pontuadas as datas de diversas atividades que, posteriormente, seriam realizadas na escola, como semana da criança, reuniões com os pais, feira do livro, apresentações culturais, entre outras. Nesse momento, eram sinalizadas apenas as datas de eventos ou atividades que iriam acontecer, sem haver votação com a equipe, fato que não extingue a resolução em outro momento com o grupo todo ou a equipe pedagógica, diretor e coordenador. Na reunião de Conselho de Classe, apenas sinalizaram e/ou lembraram a atividade.

Os cronogramas de aulas e do trabalho a ser realizado nas atividades pedagógicas foram aqui pontuados entendendo que a organização faz parte, a todo momento, do trabalho pedagógico, tanto do diretor e do coordenador quanto dos professores que necessitam planejar suas aulas e demais atividades integrantes do processo de escolarização.

Podemos observar que, em média, dois terços das escolas tiveram a organização inserida nos registros das reuniões de Conselho de Classe durante os quatro bimestres. A maioria das escolas dos grupos 1 e 2, “Explicativas” e “Medianas”, a fizeram; sendo as escolas do grupo 3, “Sucintas”, com a metade, apresentando em seus registros a organização das atividades dessa forma.

Sem a organização, não há notoriedade dos objetivos a serem alcançados, em outras palavras: sem planejamento, não há uma condução ao caminho a ser seguido. É importante lembrar o quanto o professor é exemplo para seus alunos, assim como o coordenador pedagógico é aos professores e servidores de sua escola, pois, a partir do modo organizacional do desenvolvimento do trabalho pedagógico, certamente, os resultados serão visíveis aos alunos e às famílias.

Evidenciamos sobre a comunicação que está intimamente ligada à responsabilidade de compartilhar com os seus pares as informações que complementam e orientam o trabalho da escola, seja ele pedagógico ou administrativo, visto que também conduzem a forma do trabalho e da organização do cotidiano escolar. Comunicar é informar, divulgar, expor, relatar e esclarecer sobre os assuntos pertinentes à realidade escolar e que auxiliam na organização do trabalho pedagógico.

Podemos associar, neste momento, o quanto são essenciais as orientações pedagógicas no desempenho do trabalho do coordenador pedagógico, as quais auxiliam o professor a conduzir cada turma de acordo com suas necessidades e avanços, a partir de seus conhecimentos, suas experiências e os estudos que realizou para aprofundamento.

Da mesma forma que diretores e coordenadores levantaram questões relacionadas ao trabalho pedagógico e sua avaliação, também foi registrado, nas atas, as comunicações de reuniões externas sobre informações que os mesmos compartilharam com a equipe sobre as reuniões com a Secretaria de Educação e outros órgãos relacionados à educação, dialogando sobre os documentos e orientações para o bom andamento do trabalho pedagógico.

As informações sobre cursos, palestras e formações onde orientavam sobre inscrições, datas e materiais pedagógicos, muitas vezes, tomavam uma parte extensa da reunião de Conselho de Classe, sendo registrados, aproximadamente, em todas as escolas. Percebemos que algumas informações foram recebidas

recentemente pela maneira que estavam registradas e, então, já repassadas na reunião de Conselho de Classe.

Muito mais que comunicar, a responsabilidade em orientar atinge de forma mais direta os aspectos evidenciados nas reuniões de Conselho de Classe, o qual realizamos a pesquisa. Evidenciamos que as orientações pedagógicas estiveram presentes na maioria das atas das reuniões de Conselho de Classe do ano de 2017, indicando diversas orientações do coordenador pedagógico quanto ao planejamento e à organização de atividade, visando ao progresso do ensino e aprendizagem dos alunos e a melhoria do trabalho pedagógico.

Orientações de como conduzir o trabalho pedagógico perante as diversas situações, como quando percebessem algum comportamento diferente do aluno, emocional ou psicológico, que, conseqüentemente, poderia afetar sua aprendizagem, os professores deveriam realizar a comunicação para a equipe pedagógica. Da mesma forma com os alunos que apresentassem dificuldades de aprendizagem, orientou-se quanto aos encaminhamentos necessários e o planejamento de atividades para saná-las.

A preocupação do coordenador pedagógico com o trabalho de interdisciplinaridade dos conteúdos a serem desenvolvidos durante o bimestre, a padronização das atividades, as metodologias que os professores estavam utilizando para planejamento e desenvolvimento de suas aulas, fazem parte da evidência de orientação pedagógica. Os coordenadores pedagógicos pontuaram sobre as instruções do envio de bilhetes aos pais e responsáveis, destacando o cuidado com o modo que eram escritos a fim de não causarem transtornos, explicando que as conversas poderiam ser realizadas na hora-atividade do professor ou com a equipe pedagógica, se necessário. Também foram sugeridos jogos e brincadeiras a serem desenvolvidos com os alunos durante o intervalo e atividades em sala de aula, na biblioteca, aulas de informática, bem como solicitado um maior cuidado com os alunos em todos os espaços da escola e o ensino sobre a organização desses espaços para a utilização comum de todos.

De forma complementar aos informes que foram repassados das reuniões, alguns diretores e coordenadores orientaram sobre pontualidade, participação, disciplina e anotações necessárias nas formações, seminários e cursos ofertados, objetivando um melhor aproveitamento para seus planejamentos e a prática em sala de aula.

Os livros de chamada e diários também receberam orientações pedagógicas quanto ao seu preenchimento e devida organização, assim como o envio de tarefas de casa, sua frequência e quantidade foram registrados como preocupação pelos coordenadores pedagógicos. Solicitou-se e orientou-se, antes do término das aulas, sobre os cuidados e armazenamento dos materiais: cartazes, fichas avaliativas, planejamentos, livros de chamada, livros pedagógicos utilizados pelos alunos, livros de literatura e atas de notas, já que são necessários para melhor organização de todo trabalho pedagógico e do espaço comum, que necessita estar em boas condições para os próximos que fossem utilizar e para a finalização do ano letivo.

Destacamos o valor que essa ação tem ao ouvir os professores e buscar as referências e encaminhamentos para tal questão pontuada, com o objetivo de auxiliar, em sua organização de planejamento, a aprendizagem do aluno, a autoestima do professor que, muitas vezes, pode estar desanimado com as dificuldades as quais vivencia, no entanto consegue ver no coordenador sua condução e o seu suporte.

Desvelamos, também, a categoria diálogo, palavra e ação a qual mencionamos diversas vezes no decorrer do texto, destacando o quanto é essencial para o bom relacionamento no trabalho com todos que estão envolvidos com a vida escolar. Evidenciamos, nessa categoria, a acolhida e reflexão, a partilha, bem como o aprofundamento e estudos pedagógicos, que, juntos, remetem à importância da interação, da convivência e da reflexão, pontos necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Revelamos uma ação tão simples e, ao mesmo tempo, com um significado tão profundo para iniciarmos as reuniões pedagógicas. Referimo-nos quando todo o grupo de professores e funcionários são acolhidos pela equipe pedagógica com uma mensagem, uma música ou a leitura de um poema que nos remete a pensar na importância da vida e o sentido que fazemos na vida das pessoas, torna o dia mais especial. Podemos ter como exemplo, as diversas vezes que, contando uma história às crianças, elas compreendem melhor o assunto que queremos transmitir, assim também acontece com as parábolas e frases utilizadas nas reuniões pedagógicas, que levam a refletir nosso papel de educadores, auxiliando-nos a compreender as dificuldades vivenciadas no cotidiano escolar.

O modo como a acolhida e a reflexão foram realizadas se diferenciou em cada bimestre, de modo que foram apresentados: mensagens, músicas, poemas,

orações e vídeos, buscando sempre uma reflexão sobre o tema. Alguns presentes manifestaram-se e participaram contribuindo com as reflexões acerca da vida, da importância de exercer a profissão de educadores e relacionando à mensagem, a dificuldades e aos problemas encontrados no cotidiano escolar.

Quando começamos o dia de trabalho em um ambiente em que somos bem recebidos, tal ato pode fazer-nos sentir melhor acolhidos e com a sensação de que somos agente participante do espaço onde estamos. Assim, uma mensagem traz, de forma leve e harmoniosa, uma questão que, no aspecto pedagógico, necessita ser refletida, entretanto, também busca trabalhar em cada sujeito aspectos pessoais que irão refletir no pensamento e maneira de agir de cada um. Apesar do início das reuniões ser um período breve, o tempo pode ser precioso para a união e a promoção de um ambiente dialógico das pessoas que fazem parte do grupo.

Na maioria das atas, a diretora iniciava dando as boas-vindas a todos e parabenizava pelo trabalho realizado durante o bimestre, agradecendo o empenho e dedicação do grupo no desenvolvimento das atividades. Foram trabalhadas dinâmicas que envolviam a união, trabalho em equipe e a cooperação, procurando demonstrar o quanto esses aspectos são essenciais para que todos alcancem os objetivos estabelecidos, fortalecendo e aprimorando a unidade no grupo. De modo geral, as escolas realizaram essa prática revelando, nos grupos das escolas descritas e denominadas 1 e 2, “Explicativas” e “Medianas”, que iniciaram a reunião com maior frequência. Dessa forma, as escolas do grupo 3, “Sucintas”, enfatizam essa metodologia de acolhida e reflexão, registrada no segundo e terceiro bimestres.

Enfatizamos, então, a importância da partilha de conhecimentos e experiências que podem auxiliar o colega que está vivenciando situações das quais já experienciou, e, assim, poderem fazer da dificuldade algo coletivo, onde a união e o diálogo estejam presentes, como, muitas vezes, as mensagens buscaram transmitir. A escola é um lugar onde, constantemente, esse aspecto é realizado pelos alunos, um contando ao outro sua experiência, mostrando ao colega o que já fez e deu certo para o outro poder fazer também, no entanto, quando adultos, nem sempre é da mesma forma.

Podemos citar que partilhar conhecimentos com os colegas de profissão é algo tão importante e construtivo quanto avaliar, apesar disso sabemos que é difícil todos compartilharem o que sabem, muitas vezes, por medo do colega utilizar sua ideia, e isso não acontece somente nas escolas, mas em muitos outros locais de

trabalho. Quão rico é expor uma atividade realizada com seus alunos e outros professores também terem a oportunidade de aprenderem com a sua experiência, isso pode ser contribuir para desenvolvimento de alunos e profissionais da educação.

Em análise dos registros das atas, percebemos que, no decorrer dos bimestres, a prática da partilha foi diminuindo, ressaltamos que, a partir do segundo bimestre, apenas um terço das escolas tiveram essa ação registrada nas reuniões de Conselho de Classe, e, no último bimestre, apenas uma escola a fez. Ressaltamos que tiveram registros nos quais um professor pontuou sobre uma sugestão que outro colega realizou com seus alunos que apresentou bons resultados, destacando o quão importante foi esse trabalho com uma boa metodologia.

Chegamos ao aspecto que intensifica a formação do professor, sendo essa evidência constituída da categoria que denominamos diálogo, relacionada ao aprofundamento de estudo pedagógico que é essencial para o desenvolvimento do trabalho da área, tendo em vista sua importância em trabalhar e pesquisar sobre temas que tenham apresentado maior dificuldade e necessidade durante o bimestre. Algumas organizaram um momento com um palestrante ou estudioso do assunto a ser aprofundado e o grupo pôde ter essa experiência, onde buscaram refletir sobre a temática, havendo contribuições e debates por parte de alguns professores.

Realizaram-se, em algumas escolas, os estudos de textos, onde o coordenador pedagógico organizou os professores em menores grupos e orientou que cada um realizasse a leitura e o resumo do texto, e, após um tempo disponibilizado, podiam compartilhar com os demais o que haviam compreendido e também como poderiam estar colocando em prática o estudo realizado. O Currículo para Rede Municipal de Ensino de Cascavel foi metodologia de estudo em algumas escolas, sendo aprofundadas as disciplinas que mais apresentaram defasagem na aprendizagem dos alunos durante o bimestre, surgindo, por vezes, sugestões de atividades e análises do material lido, de modo que o estudo não ficasse apenas na teoria, mas fosse colocado em prática, buscando mais eficiência e avanços na compreensão dos alunos perante os conteúdos de cada turma e ano escolar.

Na maioria dos registros citados nas pautas, essa atividade de estudo e formação foi realizada ao final da reunião, e, em algumas, nem sempre o tempo foi suficiente para concluir ou mesmo realizar a atividade, sendo citado o material que

iriam estudar e sinalizado que seria dado continuidade na reunião de Atividade Pedagógica; a leitura poderia ser feita nos momentos de hora-atividade.

É importante salientar que, em algumas escolas, os coordenadores conduziram esse trabalho pedagógico e participaram ativamente dessa prática. Os textos e materiais sugeridos pelas assessoras municipais também foram estudados em algumas escolas, relacionando a temática a uma dificuldade revelada no Pré-Conselho. Curtas-metragens com assuntos relacionados à importância do brincar e as dificuldades que surgem no cotidiano escolar foram outras metodologias encontradas por algumas equipes pedagógicas para a formação dos professores.

Após elencar as diferentes metodologias que foram realizadas nas escolas com seus professores, pontuamos que, em média, metade das escolas desenvolveram o aprofundamento teórico e estudo sobre os temas necessários, destacando que apenas duas escolas, no quarto bimestre, dos grupos denominados “Explicativas” e “Sucintas” registraram em suas atas essa prática. Isso é um dado bastante preocupante, pois não foram todas as escolas que efetivaram esse trabalho essencial para a reunião de Conselho de Classe, com o objetivo da formação continuada, sendo, muitas vezes, direcionado o tempo da reunião para assuntos administrativos.

A partir da relação que estabelecemos por meio do diálogo e da afetividade, partilhamos nossas experiências e vivências, que, quando compartilhadas com nossos pares, auxilia a todos caminharem em uma mesma direção. Qual seria o objetivo de estudarmos, buscarmos mais informações e conhecimento se não dividirmos com o outro e, assim, podermos crescer juntos? Talvez, esse é um grande desafio, deixando de lado o pensar no individual e lembrar que podemos ter melhores resultados juntos. Dessa forma, estaremos exercendo o essencial dessa palavra diálogo, que é: compartilhar, repartir e dividir.

Mediante as reflexões e análises que nosso estudo proporcionou, no quarto capítulo evidenciamos as respostas das indagações que norteiam o nosso trabalho, destacando o trabalho pedagógico desenvolvido pela Coordenação Pedagógica, a importância da contínua qualificação da prática docente e constituição de espaço de formação continuada, a partir das experiências cotidianas das reuniões pedagógicas de Conselho de Classe.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na dinâmica interpretativa, que a análise dos dados suscita, estabelecemos algumas relações as quais permitiram trazer, à luz da nossa compreensão, reflexões pertinentes ao cotidiano das ações da Coordenação Pedagógica que possam ser propositivas a melhoria dos resultados do processo de ensino e aprendizagem nas escolas municipais de Cascavel. Tais proposições podem fomentar propostas que subsidiem os planejamentos pedagógicos para formação continuada para os professores, a partir das vivências dos Conselhos de Classe.

Observamos o quanto é valioso o desenvolvimento do trabalho pedagógico quando não somente é apresentada a avaliação de cada turma, pontuando os avanços e dificuldades pedagógicas, mas sim quando há uma preocupação em mostrar o que será feito com aquele dado, já que será um momento de estudo. Pensamos, então, qual é o objetivo de realizar as avaliações se não mostrar como resolver os problemas que ali se apresentaram? Será que fizeram tal encaminhamento apenas para cumprir o papel de registro da avaliação? Ou, então, faltam orientações do que é essencial constar nos registros das reuniões pedagógicas de Conselho de Classe, sendo um documento imprescindível ao acompanhamento dos encaminhamentos pedagógicos?

Acreditamos que toda escola busque metodologias para os avanços necessários na aprendizagem, bem como a recuperação dos alunos que apresentam dificuldades e precisam de outros encaminhamentos, para que possam vencer seus obstáculos e alcançar melhores resultados, no entanto queremos ressaltar que quando não visualizamos estes aspectos nos registros da reunião de Conselho de Classe, não conseguimos compreender como estes trabalhos pedagógicos foram realizados para resolução das dificuldades e problemas encontrados, por meio de estudos e do diálogo.

Enfatizamos que, por se tratar de uma pesquisa documental dos registros formais das reuniões pedagógicas de Conselho de Classe, a pesquisa pode não conter, de forma integral, os acontecimentos da reunião, sendo registrado o que acredita ser mais relevante, já que não há um documento que orienta/normatiza os registros das atas de Conselho de Classe. Logo, a divisão que fizemos das escolas na denominação dos grupos “Explicativas”, “Medianas” e “Sucintas” está baseada nesse esforço empregado na construção/reconstrução dos acontecimentos redigidos

a partir da visão de alguém com seus juízos de valores presentes, o que pode resultar em algumas limitações de análise.

Pontuamos, portanto, sobre a importância de um documento que oriente os aspectos necessários para os registros das reuniões pedagógicas de Conselho de Classe, de modo que haja uma unidade entre todas as escolas municipais, com a finalidade do correto registro do trabalho pedagógico realizado nestas reuniões, de forma a contemplar e apresentar seus objetivos de avaliação, aperfeiçoamento da prática pedagógica, bem como o debate, reflexão, diálogo, orientações e encaminhamentos no sentido de melhor organização pedagógica na escola.

Podemos, por meio da pesquisa científica, conhecer a realidade das reuniões pedagógicas no cotidiano das Coordenações Pedagógicas, compreendendo como pode contribuir para a contínua qualificação de sua prática docente, sendo a reunião pedagógica de Conselho de Classe fonte para as análises da nossa pesquisa e um espaço para a formação continuada dos professores.

Sintetizando, os destaques das Unidades de Significado transformadas, a posteriori, em Categorias, construídas, portanto, a partir do movimento interpretativo das análises realizadas nos registros formais das reuniões de Conselho de Classe, foram importantes para a nossa pergunta norteadora de pesquisa e, portanto, para o encontro das respostas que buscamos. O compromisso, a responsabilidade e o diálogo trouxeram à luz os caminhos percorridos pela Coordenação Pedagógica em direção à articulação e aos encaminhamentos realizados em escolas municipais de Cascavel. Evidenciamos que todas as categorias contribuíram com encaminhamentos pedagógicos para o aprofundamento e análises importantes para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, direcionadas à qualificação e à formação continuada do professor em seu cotidiano escolar.

A categoria compromisso, a qual contempla o comprometimento, a avaliação e as decisões democráticas, esteve presente em todos os registros das reuniões de Conselho de Classe, evidenciando o trabalho pedagógico desenvolvido pela equipe pedagógica e professores, de forma que, em seus encaminhamentos, estivesse contribuindo, inclusive, para um espaço de formação continuada, onde relacionaram os aspectos da avaliação de aprendizagem dos alunos e das metodologias desenvolvidas no trabalho pedagógico.

As reuniões de Conselho de Classe propiciam um espaço para as análises e os estudos sobre as dificuldades e problemas no cotidiano escolar, para que sejam

analisados continuamente e, a partir desses momentos, busquem direcionar sua prática aos avanços da qualidade do ensino como um todo. Destacamos que o coordenador pedagógico tem o compromisso de conduzir, orientar e acompanhar todo o processo de avaliação, contribuindo para o melhor direcionamento do trabalho pedagógico. Barros e Eugenio (2014) enfatizam:

A presença do coordenador pedagógico está para compartilhar essas dificuldades, para mostrar aos professores que não estão sozinhos, para articular uma equipe que se apoie, que proporcione uma formação sólida e que todos busquem juntos alternativas visando a aprendizagem dos alunos (BARROS e EUGENIO, 2014, p. 4).

Assim trazemos, também, sobre a categoria responsabilidade, que contempla a organização, a comunicação de reuniões externas e as orientações pedagógicas desenvolvidas nas reuniões de Conselho de Classe nas escolas do município de Cascavel/PR, a qual revela sobre a responsabilidade com o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Diante das situações e problemas no cotidiano escolar, é importante ressaltar os encaminhamentos das práticas pedagógicas que possam ir ao encontro das necessidades de cada escola. Destacamos, novamente, o papel do coordenador pedagógico na condução desses encaminhamentos, de forma que possam estar direcionados a compartilhar conhecimentos e auxiliar na organização e nas orientações pedagógicas.

Nesse sentido, Geglio (2014, p.386) menciona que “é o coordenador pedagógico que, imbuído do espírito de parceria e coletividade, conduz o processo, participa, discute, ouve, orienta, propõe, informa, assume e partilha responsabilidades com os professores.”

Diante do caminho que percorremos em nossa pesquisa, as análises nos mostraram que as categorias compromisso e responsabilidade estão intimamente ligadas à categoria diálogo, pois contribuem para o desenvolvimento de uma qualificação e formação continuada do professor no decorrer do caminho, sendo importante que estejam na mesma direção para alcançarmos melhores resultados. Essa categoria contempla a acolhida e reflexão, a partilha, e o aprofundamento e estudos pedagógicos, que destacam sobre a reflexão e as relações que estabelecemos com os profissionais da educação, a comunidade e as situações que nos deparamos, de forma que possamos compartilhar por meio do diálogo, aprendendo e aprofundando nossos conhecimentos, pois são essenciais para o

desenvolvimento do trabalho pedagógico. Como Nóvoa (1995) pontua que “a troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando” (NÓVOA, 1995, s. p.).

Quando mencionamos sobre a importância de partilhar o que sabemos, pensamos em quanto é essencial aos profissionais da educação estudar, pesquisar e buscar sempre mais conhecimento diante das inúmeras questões as quais se deparam diariamente. Estar em formação deve ser um movimento constante, em que vamos lapidando nosso objeto de estudo, o qual temos uma infinidade de temas e questões a serem aprofundadas em nossa caminhada. A essência do olhar atento do coordenador pedagógico para as necessidades que estão emergindo no cotidiano escolar, observando quais estratégias pode utilizar para levar aos professores os referenciais dos quais necessitam debruçar-se e aprofundar suas análises, é uma preciosidade a ser sempre cultivada.

Destacamos, portanto, que a Coordenação Pedagógica contribui para a melhoria da prática do professor, como apresentamos nas análises dos registros das reuniões de Conselho de Classe, conduzindo, orientando, planejando, avaliando, assessorando, de forma a possibilitar uma contínua qualificação da sua prática docente, oportunizando, por meio do diálogo e da mediação, um espaço de formação continuada dos professores, a partir das experiências cotidianas e reflexão das reuniões pedagógicas de Conselho de Classe.

De acordo com Placco, Almeida e Souza (2012), o coordenador pedagógico tem, como compromisso com a educação, “[...] uma função transformadora, articuladora de mediações pedagógicas e interacionais que possibilitem um melhor ensino, melhor aprendizagem dos alunos e, portanto, melhor qualidade da educação” (PLACCO, ALMEIDA E SOUZA, 2012, p. 3).

Podemos destacar, de acordo com as referências encontradas, que as pesquisas sobre a atuação da Coordenação Pedagógica para a formação docente são atuais e, portanto, também discutidas recentemente, sendo pertinente para a educação que sejam realizadas pesquisas para aprofundamento de estudo desta temática. Como proposta para a formação dos professores, sugerimos realizar estudos e diálogos sobre os objetivos e encaminhamentos das reuniões pedagógicas de Conselho de Classe, de modo, que juntos (equipe pedagógica, professores e demais servidores) possam analisar e compreender como o trabalho

pedagógico está sendo desenvolvido na escola, redimensionando as práticas pedagógicas para uma melhor qualidade na educação.

Diante das diversas atribuições do coordenador pedagógico, que necessita estar, constantemente, aprofundando conhecimentos com o objetivo de promover a formação de professores na escola, trazemos para reflexão o pensamento quanto a sua valorização diante de tantas tarefas a serem cumpridas, mas que, por vezes, o trabalho pedagógico desenvolvido não tem o devido reconhecimento e atenção que merece e, muitas vezes, reflete na organização do trabalho pedagógico.

Ser formador de professores não é uma tarefa fácil, pois exige dedicação e estudo para compreender sobre o assunto e compartilhar seus conhecimentos com o grupo, mas essa é a peça chave do papel do coordenador, sua organização para os aprofundamentos referentes aos problemas e dificuldades, por meio da formação continuada dos professores na escola, incentivando o professor a refletir diretamente sobre a organização de seu trabalho, realizando a articulação e os encaminhamentos para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e a qualidade do ensino.

Cada escola é uma pedra preciosa que devemos, juntos, refinar e cuidar, para que brilhe irradiando sua luz, são os resultados e avanços da aprendizagem dos alunos e do trabalho pedagógico, de forma que todos os envolvidos na escola levem para suas vidas as belezas e os encantos que vivenciaram e deixaram marcas na caminhada escolar e profissional. O coordenador pedagógico deve ser o orientador e mediador na formação dos professores, mediante as reflexões que se manifestam nas reuniões de Conselho de Classe para que seja contínua e direcionada às necessidades, expressando o compromisso com a educação e com essa desafiadora caminhada, agindo com responsabilidade e em constante diálogo com todos os professores e comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S.; SOUZA, V. L. T. Sentidos da coordenação pedagógica: motivos para permanência na função. **Psicologia da educação**, São Paulo, n. 42, 2016.

ARAÚJO, C. C.; ROTONDANO, E. Formação continuada da equipe gestora: implicações na organização do trabalho pedagógico nas escolas municipais de Manaus. *In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE*, 10, 2017, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba, 2017.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Séfora; EUGENIO, Benedito G. O coordenador pedagógico na escola: formação, trabalho, dilemas. **Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queirós**, Ano 4, n.16, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.

BRANDÃO, M. M. R. T.; RAMOS, K. M. C.; CRUZ, F. M. L. Conselho de classe: sentidos compartilhados por professores. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, n.3, p.943, 2018.

CARNAVAL, G.S.K. **Coordenação pedagógica: trabalho de articulação e encaminhamentos pedagógicos desenvolvidos em escolas municipais de Cascavel/PR. 2020**. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Formação de Professores e Processos de Ensino e Aprendizagem, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2020.

CARVALHO, L. F. de. O coordenador pedagógico e a formação continuada de professores: implicações nos saberes e práticas docentes. *In: XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE*, 13, 2017, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba, 2017.

CASCAVEL. **Deliberação CME/CVEL Nº 003/2013** – Estabelece Normas Complementares para o Ensino Fundamental – Anos iniciais e suas modalidades do Sistema Municipal e Ensino de Cascavel/ PR. Cascavel: Prefeitura Municipal de Cascavel. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=26#!/tipo/pagina/valor/1275>. Acesso em: 22 mai. 2019.

_____. **Lei Nº 6.445** de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a reestruturação e gestão do Plano de cargos, carreiras, remuneração e valorização dos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino do município de Cascavel. Cascavel: Prefeitura Municipal de Cascavel, 2014. Disponível em: <https://siprovel.com.br/legislacao/leis/>. Acesso em: 20 jun. 2019

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 046 de 13 de novembro de 2015.** Normatizar a ocupação de funções, distribuição de turmas nas Escolas Municipais e outras atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, para o ano de 2016. Cascavel: Semed, 2015. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=26#!/tipo/pagina/valor/1022>. Acesso em: 9 abr.2019.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 060 de 11 de novembro de 2016.** Estabelece normas para a ocupação de funções, distribuição de turmas nas Escolas Municipais de Cascavel. Cascavel: Semed, 2016. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=26#!/tipo/pagina/valor/1140>. Acesso em: 9 abr. 2019.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 001 de 05 de janeiro de 2017.** Estabelece normas para ocupação da função de coordenador pedagógico escolar para o ano de 2017 – 2018 nas escolas e cmeis. Cascavel: Semed, 2017. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=26#!/tipo/pagina/valor/1176>. Acesso em: 17 abr. 2019.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 029 de 21 de fevereiro de 2017.** Estabelece normas para a ocupação da função de Coordenador Pedagógico dos Centros Municipais de Educação Infantil, para biênio 2017 – 2018. Cascavel: Semed, 2017. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=26#!/tipo/pagina/valor/1176>. Acesso em: 17 abr. 2019.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 043 de 31 de março de 2017.** Estabelece normas e elaboração para registros de atas. Cascavel: Semed, 2017. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=26#!/tipo/pagina/valor/1176>. Acesso em: 17 abr. 2019.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 196 de 24 de novembro de 2017.** Normatiza a ocupação de funções, distribuição de turmas nas Escolas Municipais e outras atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, para o ano de 2018. Cascavel: Semed, 2017. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=26#!/tipo/pagina/valor/1176>. Acesso em: 17 abr. 2019.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria Nº 199 de 27 de novembro de 2017.** Estabelece normas para a ocupação da função de Coordenador Pedagógico dos Centros Municipais de Educação Infantil, para 2018. Cascavel: Semed, 2017. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=26#!/tipo/pagina/valor/1176>. Acesso em: 17 abr. 2019.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria Nº 363 de 28 de novembro de 2018.** Estabelece normas para ocupação de funções, distribuição de turmas, nas Escolas Municipais e Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos Paulo

Freire e outras atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Educação para o ano letivo de 2019. Cascavel: Semed, 2015. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/?pg=subportal&chave=26#!/tipo/pagina/valor/1288>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CHAVES, V. Q.; LUBIAN, M. E. **Conselhos de classe e gestão democrática escolar: refletindo este espaço**. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10, 2011, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba, 2011.

CORREA, R. S.; SILVA, V. A. **Conselho de classe: algumas considerações**. In: III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 3, 2016, Natal. **Anais** [...] Natal, 2016.

CUNHA, R. C. O. B. **Pelas telas, pelas janelas: A coordenação pedagógica e a formação de professores/as nas escolas**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DALBEN, A.I.L.F. Conselho de classe. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

DOMINGUES, I. **O coordenador Pedagógico e o desafio da formação contínua do docente na escola**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ENGERS, M. E. A.; GOMES, V. S. Conselhos de Classe como espaço de educação continuada de professores. **Educação**, Porto Alegre, n. 3 (63), p. 517-529, 2007.

FRANCO, M. J. N.; GONÇALVES, L. S. M. Coordenação pedagógica e formação de professores: caminhos de emancipação ou dependência profissional. **Psicologia da educação**, n.37. São Paulo, 2013.

GEGLIO, P. C. A atuação da equipe pedagógica na formação continuada do professor em serviço: a visão do professor. **Revista de Educação Educere et Educare**, Cascavel, v. 9, p. 381-390, 2014.

_____. A atuação do coordenador pedagógico na formação continuada do professor na escola: uma análise das dissertações e teses produzidas no período de 1987 a 2009. **Revista Profissão Docente Uberaba**, Uberaba, v. 16, n. 34, p. 53-71, 2016.

GIOVANI, P. **Coordenador pedagógico: contribuições para sua formação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

LEINDECKER, A. M.; BASTOS, C. C. B. C. **Conselho de classe: uma experiência de participação democrática na escola**. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, 2009.

LOPES, M. S. R. **Conselho de classe: o funcionamento de um espaço político-pedagógico a ser ressignificado**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão e avaliação da Gestão Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

MARTINS, Joel. Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poíesis/ Joel Martins; organização do texto Vitória Helena Cunha Espósito, São Paulo: Cortez, 1992.

MARTINS, N. Deixe de ver o coordenador pedagógico como um fiscal. Você só tem a ganhar! **Nova escola**, São Paulo, mar. de 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/435/deixe-de-ver-o-coordenador-pedagogico-como-um-fiscal-voce-so-tem-a-ganhar>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MATTOS, C. L. G. O conselho de classe e a construção do fracasso escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 215-228, 2005.

MONTEIRO, E. *et al.* **Coordenador Pedagógico: função, rotina e prática**. 1. ed. Palmeiras: Instituto Chapada de Educação e Pesquisa, 2012.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. *In*: NÓVOA, Antônio (Org.) **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

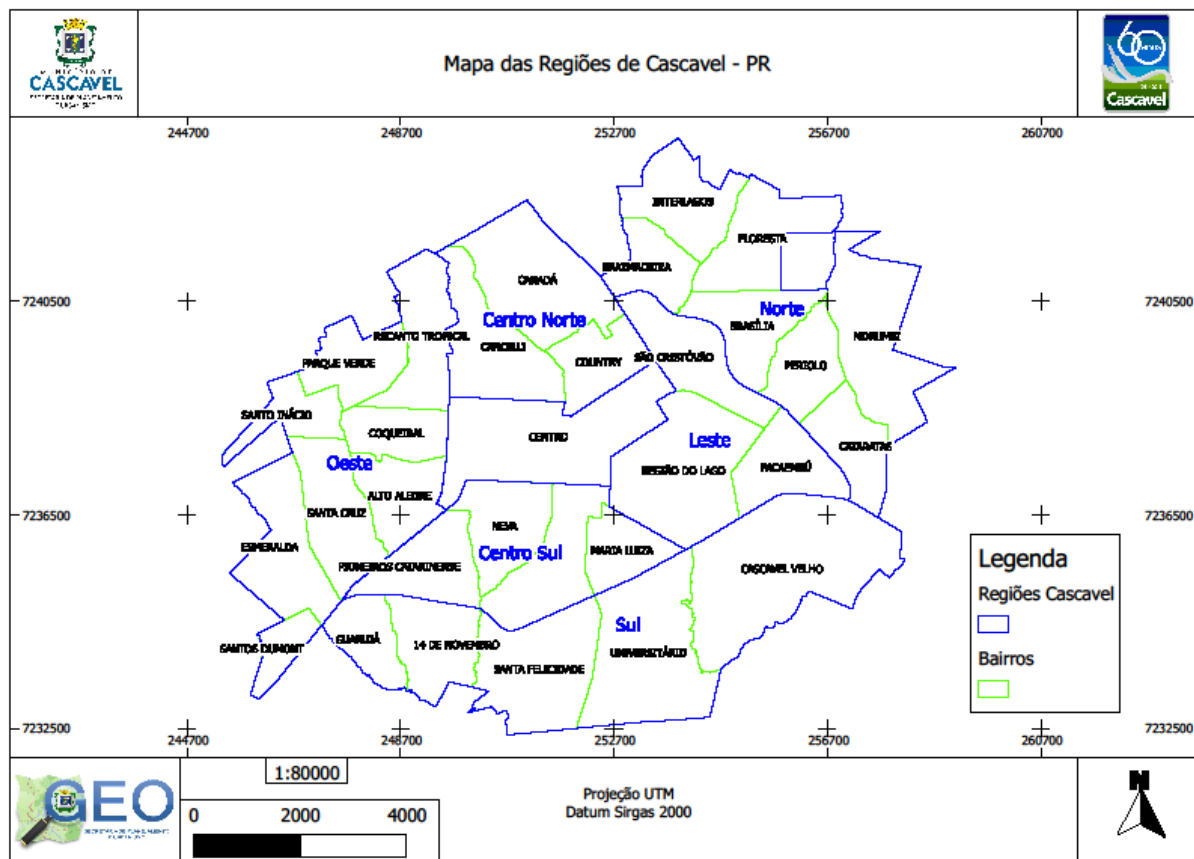
PEREIRA, S. E. A.; MARINHO, J. C. B.; PESSANO, E. F. C. A coordenação pedagógica e sua importância no processo educacional: um estudo de caso no município de Uruguaiana-RS. **Revista Exitus**, Santarém, vol. 8, n. 3, p. 254 - 279, 2018.

PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. A.; SOUZA, V. L. T. S. **O coordenador pedagógico (cp) e o cotidiano das escolas: práticas educativas e formação de professores**. *In*: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP, 15, 2012, Campinas. **Anais** [...] Campinas, 2012.

QUIRINO, R. Saberes e práticas do pedagogo como coordenador pedagógico. **Revista Docência Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 31-55, 2015

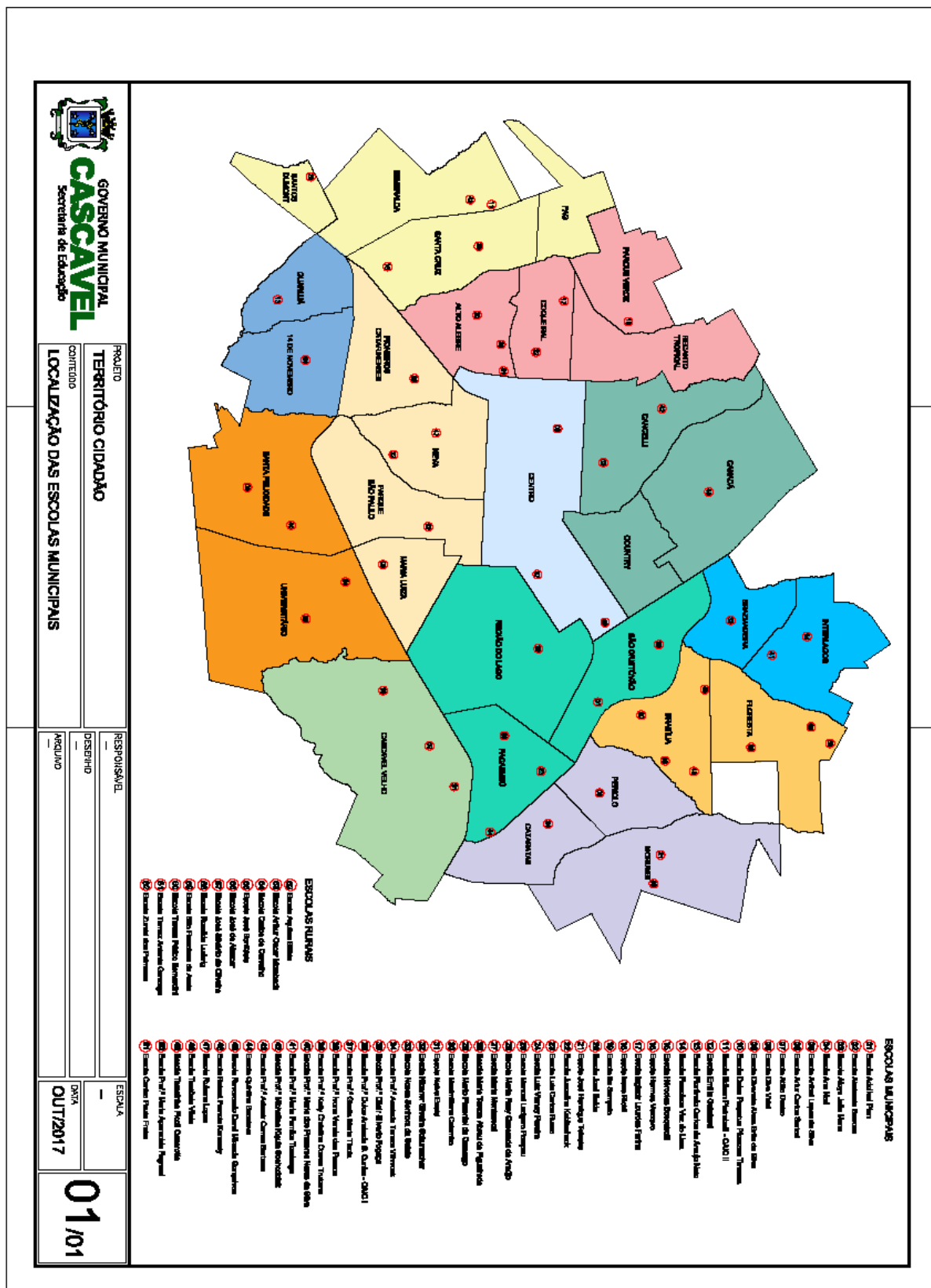
ANEXOS

ANEXO 1 – MAPA DAS REGIÕES DE CASCAVEL – PR



Fonte: <https://cascavel.atende.net>

ANEXO 2 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS



Fonte: <https://cascavel.atende.net>

ANEXO 3 – CALENDÁRIO ESCOLAR 2017



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CALENDÁRIO ESCOLAR 2017 ESCOLAS E CMEIS

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

1º - confraternização Universal

FEVEREIRO						
Dias Letivos: 18						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28				

27 e 28 - Carnaval

MARÇO						
Dias Letivos: 23						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

ABRIL						
Dias Letivos: 17						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

14 - Paixão / 21 - Tiradentes

MAIO						
Dias Letivos: 22						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

1º - Dia do Trabalho

JUNHO						
Dias Letivos: 20						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

15 - Corpus Christi
Término 1º sem. 30/06

JULHO						
Dias Letivos: 10						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Início do 2º sem. 18/07

AGOSTO						
Dias Letivos: 23						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

SETEMBRO						
Dias Letivos: 19						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

7 - Independência

OUTUBRO						
Dias Letivos: 20						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

12 - N. Sra. Aparecida
15 - Dia do Professor

NOVEMBRO						
Dias Letivos: 18						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

2 - Finados / 14 - Feriado Municipal
15 - Feriado Nacional

DEZEMBRO						
Dias Letivos: 10						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

25 - Natal

Legenda

01/02/2017-Início do Ano Letivo nas Escolas/Cmeis
15/12/2017-Término do Ano Letivo nas Escolas/Cmeis

	Férias
	Feriados
	Início e Término das Aulas
	Conselho de Classe
	Recesso Escolar para o Aluno
	Atividade Pedagógica - com dispensa dos alunos

a Carga Horária será complementada conf. Deliberação 02/2011/CME

1º semestre	
Férias Escolares	39
Feriados	5
Conselho de Classe	2
Atividades Pedagógicas	5
Recessos Escolares p/ o aluno	8
Dias Letivos	100

2º semestre	
Férias Escolares	9
Feriados	5
Conselho de Classe	2
Atividades Pedagógicas	5
Recessos Escolares p/ o aluno	7
Dias Letivos	100


EDCAR BUENO
Prefeito Municipal

ANEXO 4 – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA/ SEMED

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício nº 385/2019

Cascavel, 20 de março de 2019.

À Senhora
Geórgia Stéphanie Kieltika Carnaval
Cascavel – Paraná

Assunto: Resposta à solicitação para realização de Projeto de Pesquisa

A Secretaria Municipal de Educação, em resposta ao Protocolo nº 16519/2019, e considerando a Comunicação Interna de nº 758/2019 (documento anexo), oriunda do Departamento Pedagógico desta Secretaria, vem informar que autoriza a realização do Projeto de Pesquisa "Coordenação Pedagógica: Estudo sobre o trabalho de articulação e encaminhamentos pedagógicos desenvolvidos em escolas do Município de Cascavel".

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos nossos votos de estima e consideração e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.


Marcia Aparecida Baldini
Secretária Municipal de Educação